



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**IAN FILIPE COSTA ARAÚJO**

**O LUGAR DA AMÉRICA LATINA NA DISPUTA HEGEMÔNICA ENTRE OS  
ESTADOS UNIDOS E A CHINA**

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2021**

IAN FILIPE COSTA ARAÚJO

**O LUGAR DA AMÉRICA LATINA NA DISPUTA HEGEMÔNICA ENTRE OS  
ESTADOS UNIDOS E A CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira

SÃO CRISTÓVÃO

2021

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**IAN FILIPE COSTA ARAÚJO**

**O LUGAR DA AMÉRICA LATINA NA DISPUTA HEGEMÔNICA ENTRE OS  
ESTADOS UNIDOS E A CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

### **BANCA EXAMINADORA:**

**Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira (Orientador)**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Livia Peres Milani (Avaliadora)**

**Prof. Dr. Renan Holanda Montenegro (Avaliador)**

São Cristóvão, 14 de dezembro de 2021.

## AGRADECIMENTOS

Não poderia começar os meus agradecimentos sem me voltar primeiramente à minha família. À minha mãe, Eliana e ao meu pai, Moacir, os meus eternos agradecimentos! Pai, mãe, muito obrigado por sempre terem me apoiado em tudo na minha vida, especialmente nessa loucura que é cursar Relações Internacionais. Sei o quanto vocês se esforçaram para me manter tão longe de casa, em outro estado, suportando não só o peso financeiro como também as saudades de estar a mais de 700km de distância. Agradeço também à minha irmã, Isabelle, que por várias vezes deixou o meu coração quentinho sempre que dizia estar morrendo de saudades e contando as horas para que eu voltasse logo pra casa no recesso. Mãe, pai e Belle, esse trabalho é uma conquista **nossa** e **EU AMO MUITO VOCÊS!**

Agradeço também a todos os amigos que estiveram comigo durante esses anos na UFS, em especial à minha namorada, Jaqueline, que me acompanhou em toda essa jornada e tornou cada momento tão especial. Não vou me arriscar a nomear todos os amigos para não correr o risco de esquecer de alguém, mas sou grato a cada um de vocês por terem feito eu me sentir tão acolhido em Sergipe! Aos meus amigos de Brumado, também não poderia deixar de agradecer-los pelo apoio e a paciência em me escutar falando de assuntos de RI o tempo todo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Cairo Junqueira, agradeço imensamente por ter aceitado essa empreitada comigo e pelas oportunidades que me proporcionou para o desenvolvimento das minhas produções acadêmicas enquanto membro do Grupo de Pesquisa sobre Política Internacional e Sul-Americana (GP-SUL). Muito obrigado também à Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Livia Milani e ao Prof. Dr. Renan Holanda, que tão gentilmente aceitaram serem avaliadores deste trabalho e por terem me apoiado com as sugestões de bibliografia quando esse trabalho ainda estava no estágio inicial, além dos comentários tão pertinentes para o aprimorar essa pesquisa.

Enfim, o meu muito obrigado a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse até aqui. Esse trabalho simboliza a conclusão de um ciclo na minha vida, como também representa o marco inicial de novas jornadas que virão.

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar as agendas de política externa dos EUA e da China com foco nos aspectos econômicos e principais interesses políticos dos dois países na região, procurando averiguar a inserção da América Latina em um contexto de disputa hegemônica protagonizado pelas duas potências. Para isso será considerado o período entre 2010 e 2020, marcado pela crise econômica global e ascensão da China à posição de segunda economia mundial, como possível substituta dos EUA em seu papel como hegemon. Busca-se analisar as relações entre a América Latina e as duas potências, a fim de compreender o lugar da região num período de competição entre os dois países. A pesquisa possui um caráter exploratório, qualitativo e utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica acerca da temática pesquisada configurou-se como a base da pesquisa, sendo corroborada com dados retirados das plataformas *online* da CEPAL e da OMC. Os documentos primários utilizados para a análise da política externa dos EUA foram as Estratégias de Segurança Nacional de 2010 (NSS-2010) e de 2017 (NSS-2017); a Estratégia do Comando Sul dos Estados Unidos de 2019; os discursos do presidente Barack Obama nas Cúpulas das Américas de 2012 e 2015; discursos do ex-secretário de Estado dos EUA, John Kerry e do ex-conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton. Já para a política externa da China utilizou-se o *policy paper* sobre a América Latina e o Caribe de 2016; a Declaração de Pequim e o Plano de Cooperação do Fórum China-CELAC; discursos do ex-presidente Hu Jintao e do atual presidente Xi Jinping. O trabalho foi dividido em três capítulos, além da introdução e das considerações finais, sendo o primeiro capítulo dedicado à discussão acerca do conceito de hegemonia nas Relações Internacionais e o segundo e terceiro capítulos, à análise das políticas externas dos EUA e da China, respectivamente. Como principais resultados da pesquisa encontram-se a caracterização do período atual do sistema internacional como o de uma competição hegemônica entre os EUA e a China, e a posição da América Latina como uma região subordinada frente às duas potências. Argumenta-se que existe a necessidade de uma melhor coordenação entre os países latino-americanos a fim de que sejam aproveitadas as oportunidades surgidas do cenário de competição e para que se evite a consolidação de uma atmosfera de “nova Guerra Fria”.

**Palavras-chave:** Hegemonia; Estados Unidos; China; América Latina; Política Externa.

## ABSTRACT

This work seeks to analyze the foreign policy agendas of the United States and China in the last ten years, focusing on economic aspects and the main political interests of the two countries in the region, seeking to investigate the insertion of Latin America in a context of hegemonic dispute between the two powers. For this, the period between 2010 and 2020 will be considered, marked by the global economic crisis and the rise of China to the position of second world economy, as a possible substitute for the U.S. in its role as hegemon. It seeks to analyze the relations between Latin America and the two powers in order to understand the place of the region in a period of competition between the two countries. The research has an exploratory, qualitative nature and used bibliographic and documental research. The literature review on the researched theme was the basis of the research, and was corroborated with data taken from the online platforms of ECLAC and the WTO. The primary documents used for the analysis of U.S. foreign policy were the National Security Strategies of 2010 (NSS-2010) and 2017 (NSS-2017); the U.S. Southern Command Strategy of 2019; President Barack Obama's speeches at the 2012 and 2015 Summits of the Americas; speeches by former U.S. Secretary of State John Kerry and former National Security Advisor John Bolton. For China's foreign policy, we used the 2016 policy paper on Latin America and the Caribbean; the Beijing Declaration and the China-CELAC Forum Cooperation Plan; speeches by former President Hu Jintao, and current President Xi Jinping. The work was divided into three chapters, besides the introduction and final considerations, being the first chapter dedicated to the discussion about the concept of hegemony in International Relations and the second and third chapters, to the analysis of the foreign policies of the United States and China, respectively. The main results of the research are the characterization of the current period of the international system as a hegemonic competition between the United States and China, and the position of Latin America as a subordinate region in relation to both powers. It is argued that there is a need for better coordination among Latin American countries in order to take advantage of the opportunities arising from the competitive scenario and to avoid the consolidation of a "new Cold War" atmosphere.

**Keywords:** Hegemony; United States; China; Latin America; Foreign Policy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Importação chinesa de matérias-primas da América Latina em milhares de dólares (1992-2008) .....	55
Gráfico 2 –	Importação chinesa de metais e minérios da América Latina em milhares de dólares (1992-2008) .....	56
Gráfico 3 –	China: estoque de investimento estrangeiro direto por região, final de 2011 (porcentagem) .....	59
Gráfico 4 –	Importação chinesa de matérias-primas da América Latina em milhares de dólares (2009-2019) .....	64
Gráfico 5 –	Importação chinesa de metais e minérios da América Latina em milhares de dólares (1992-2008) .....	64

### QUADROS

Quadro 1 –	Categorias de Estados nas relações externas da China contemporânea ....	24
Quadro 2 –	Zonas estratégicas globais segundo a política externa chinesa contemporânea .....	24
Quadro 3 –	Planos de combate às drogas promovidos pelos governos dos EUA (1989-2008) .....	33
Quadro 4 –	Funcionários nomeados por Donald Trump para funções relacionadas à América Latina .....	45

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Posição da China no ranking de comércio com a América Latina por valor (2000-2009) .....	37
Tabela 2 – Participação nas importações da América Latina e Caribe em porcentagem (2009-2016) .....	38
Tabela 3 – Participação nas exportações da América Latina e Caribe em porcentagem (2009-2016) .....	39
Tabela 4 – Comércio da ALC com China e EUA, em porcentagem (2017-2020) .....	46
Tabela 5 – Maiores investimentos de empresas petrolíferas chinesas na América Latina, 1994-2010 (em milhões de dólares) .....	59

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB	<i>Asian Infrastructure Investment Bank</i>
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
ALC	América Latina e Caribe
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
CARICOM	Comunidade do Caribe
CARSI	Iniciativa de Segurança Regional Centro-
CBSI	Iniciativa de Segurança para a Bacia do Caribe
CDB	<i>China Development Bank</i>
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNOOC	<i>China National Offshore Oil Corporation</i>
CNPC	<i>China National Petroleum Corporation</i>
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
KLP	<i>Keeping Low Profile</i>
KMT	Kuomintang
MAGA	<i>Make America Great Again</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i>
NSS	<i>National Security Strategy</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCCh	Partido Comunista da China

PEX	Política Externa
RC	República da China
RI	Relações Internacionais
RPC	República Popular da China
SFA	<i>Striving for Achievements</i>
TEH	Teoria da Estabilidade Hegemônica
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TPP	Parceria Transpacífico
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USMCA	Acordo Estados Unidos-México-Canadá
USSOUTHCOM	<i>United States Southern Command</i>
ZEE	Zona Econômica Especial

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 HEGEMONIA E DISPUTA HEGEMÔNICA.....	13
2.1 A competição hegemônica entre EUA e China .....	17
2.2. América Latina: uma região em disputa?.....	22
3 A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE .....	28
3.1 As relações interamericanas no imediato pós-Guerra Fria (H. Bush, Clinton e W. Bush) 31	
3.2 A Administração Obama (2009-2017) .....	34
3.3 A Administração Donald Trump (2017-2021) .....	41
4 A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE .....	49
4.1 Da Revolução à Reforma e Abertura: os anos Mao Zedong e Deng Xiaoping.....	50
4.2 As relações sino-latino-americanas na primeira década do século XXI .....	54
4.2 A Era de Xi Jinping (2013 - atualmente).....	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS .....	74

## 1 INTRODUÇÃO

Existe, no campo das Relações Internacionais (RI), uma discussão acerca da hegemonia estadunidense e as possibilidades de declínio desse poder, seguida de sua possível substituição por uma nova potência. Autores como Wallerstein (2004), Arrighi (2008), Fiori (2008; 2012), Zakaria (2008) e Acharya (2017) são alguns exemplos de pesquisadores que se debruçaram sobre a temática. Desde a derrota no Vietnã até os ataques terroristas às torres gêmeas em 2001 tem-se argumentado que o poder americano estaria em decadência e tal questão reacendeu-se em virtude da ascensão chinesa no cenário internacional.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as agendas de política externa dos EUA e da China para a América Latina, com foco nos aspectos econômicos e principais interesses políticos dos dois países na região, procurando averiguar qual o lugar da América Latina no contexto de disputa hegemônica entre os dois países. Como objetivos específicos, tem-se: 1) debater o conceito de hegemonia nas Relações Internacionais; 2) determinar se a América Latina pode se constituir enquanto uma área em disputa entre a China e os EUA; 3) identificar os componentes históricos recentes do relacionamento entre os EUA e a China com a América Latina.

O avanço da China nos últimos anos tornou-se um dos temas mais frequentes das RI em virtude de alguns fatores principais: crescimento econômico acelerado, desenvolvimento tecnológico e grandes projetos como a Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative, BRI*) – a “Nova Rota da Seda”. Além de despertar a curiosidade, a ascensão chinesa também tem sido vista pelos próprios Estados Unidos como uma ameaça ao seu poder. O melhor exemplo disso foi o aumento das tensões entre os dois países durante a administração Trump, quando os EUA iniciaram uma severa guerra comercial contra a China e endureceram a disputa tecnológica, como na questão do 5G, e a disputa geopolítica, como no Mar do Sul da China.

Esse contexto se insere num panorama mais vasto de crises, iniciadas ainda nos anos 2000, no qual a ascensão de Trump é vista como uma prova da decadência do poder americano (SILVER; PAYNE, 2021), numa tentativa desesperada do país em se afirmar num sistema internacional ainda sem uma ordem muito bem definida, mas com uma clara preponderância chinesa. Entretanto, os EUA passaram por outros momentos de contestação do seu poder e de crises e, de toda forma, continuam a manter a sua preponderância, como expõe Fiori (2008).

Após o fim da Guerra Fria, com os EUA voltando suas atenções para a Europa Oriental e o Oriente Médio, a América Latina passou a ter um papel de menor relevância para o país, embora a sua hegemonia na região não tenha sido alterada. A bem da verdade, durante o próprio

período da Guerra Fria a região enfrentou também momentos de maior e menor relevância para os EUA, inserindo-se no padrão de relações que Pecequillo (2013) caracteriza como uma alternância entre momentos de forte engajamento e outros de relativo distanciamento e menor relevância. Como exemplo tem-se os primeiros anos do conflito bipolar, no qual a preocupação maior dos EUA foi com a Europa, vide a criação do Plano Marshall, com a América Latina recebendo maior atenção da política externa estadunidense após o triunfo da Revolução Cubana de 1959 (ROSATI; SCOTT, 2011).

A crescente presença chinesa na região também foi vista sem grandes preocupações pelos estadunidenses durante um certo período, visto que a relação do gigante asiático com a América Latina pautou-se essencialmente em questões econômicas (LEON-MANRÍQUEZ, ALVAREZ, 2014). Embora tenha se tornado um dos maiores parceiros comerciais dos países latino-americanos, estes não aparecem como principais parceiros comerciais da China, o que revela também que a região não está entre as prioridades do gigante asiático (LEON-MANRÍQUEZ, ALVAREZ, 2014; GWADABE et al., 2014).

Entretanto, como se verá nos capítulos seguintes, a percepção de ameaça, mais do que a própria materialidade da ameaça, é o suficiente para que os EUA compreendam que está sofrendo um desafio à sua hegemonia na América Latina (PAZ, 2012) – e aparentemente é o que tem acontecido, com a dinâmica de disputa com os chineses se acirrando.

Partindo-se deste cenário, justifica-se esta pesquisa pela necessidade de melhor compreender o momento atual do sistema internacional, marcado pelo aumento de tensões entre os EUA e a China, buscando-se trazer argumentos para a hipótese de que vem ocorrendo um processo de superação da hegemonia estadunidense por uma nova hegemonia, possivelmente, neste caso, chinesa. Acrescenta-se a isso a centralidade que os EUA e a China têm na América Latina, onde são os grandes parceiros de diversos países, incitando a necessidade de mais estudos que abordem o lugar da América Latina diante deste cenário.

O presente estudo possui um caráter exploratório, qualitativo e se vale de pesquisa bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica acerca da temática pesquisada configurou-se como a base desta pesquisa, contando-se com dados retirados das plataformas *online* da CEPAL e da OMC para corroborar os argumentos levantados pela produção teórica da área. Os documentos primários utilizados para a análise da política externa dos EUA foram as Estratégias de Segurança Nacional de 2010 (NSS-2010) e de 2017 (NSS-2017); a Estratégia do Comando Sul dos Estados Unidos de 2019; os discursos do presidente Barack Obama nas Cúpulas das Américas de 2012 e 2015; discursos do ex-secretário de Estado dos EUA, John Kerry e do ex-conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton. Já para a política externa da

China utilizou-se o *policy paper* sobre a América Latina e o Caribe de 2016; a Declaração de Pequim e o Plano de Cooperação do Fórum China-CELAC; discursos do ex-presidente Hu Jintao e do atual presidente Xi Jinping.

Mesmo se tratando de pesquisa inicial sobre a temática, espera-se que os resultados obtidos possam servir, também, de auxílio a outros estudiosos da área, além de *policy-makers*, que busquem estudar e formular maneiras com que a América Latina pode se portar diante da nova dinâmica de disputa sino-americana.

Este trabalho se divide em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo buscou-se discutir o conceito de hegemonia no campo de estudo das Relações Internacionais, de forma a configurar o período atual do sistema internacional como o de uma competição hegemônica entre os EUA e a China e, por fim, debater a questão sobre a América Latina se configurar como uma região em disputa entre as duas potências.

No capítulo seguinte faz-se um breve histórico sobre as relações entre os EUA e a América Latina, identificando os determinantes da política externa do país, como a Doutrina Monroe e o Destino Manifesto (PECEQUILO, 2013; ROSATI; SCOTT, 2011). Em seguida, divide-se o capítulo em mais duas seções: uma dedicada a analisar o governo de Barack Obama e a outra o governo de Donald Trump. Em seguida, na última seção do desenvolvimento, é traçada uma síntese das relações entre a China e a América Latina, na qual se identifica também as principais características da política externa do país com a região, como os Cinco Princípios da Convivência Pacífica e a política de China única (ZHANG, 2011). Por fim, nas considerações finais, retoma-se a discussão empreendida nos capítulos anteriores e comenta-se os resultados obtidos, além de delinear as possibilidades de avanço nesta agenda de pesquisa.

Os principais resultados do trabalho foram o de identificar o período corrente como o de uma **competição hegemônica** entre os EUA e a China, ao invés de um momento de transição hegemônica – hipótese que era considerada no início desta pesquisa, mas que não se confirmou ao longo dos estudos para este trabalho. Como será melhor explicado nos capítulos seguintes, os EUA ainda reúnem capacidades materiais e simbólicas que a China não possui, o que torna muito cedo para afirmar que o que se presencia já se configura como essa transição para um sistema no qual o gigante asiático será hegemônico. Além disso, observa-se que a América Latina ocupa uma posição subordinada com relação às duas potências, não se encontrando no centro da disputa. Entretanto, o aumento das tensões entre os dois países leva a se constatar a necessidade de uma melhor coordenação entre os países latino-americanos para que se evite um cenário de “nova Guerra Fria” e para que o momento de disputa possa ser aproveitado para a obtenção de vantagens e oportunidades.

## 2 HEGEMONIA E DISPUTA HEGEMÔNICA

Os estudos do campo das RI acerca da hegemonia não são recentes, tendo sido retomados por conta do debate acerca de uma suposta crise do poder americano no início do século XXI. A discussão sobre a derrocada americana possui diferentes visões, dentre as quais pode-se encontrar autores como Wallerstein (2004) – que argumenta vivermos não somente um período de fim da hegemonia americana, como também do próprio “sistema-mundo moderno” da maneira como está estruturado – e Fiori (2008; 2010), cujo argumento é o de que o colapso americano não passa de um mito e o que se tem na realidade é uma expansão do seu poder global. Entretanto, antes de se enveredar neste tópico de discussão, é preciso compreender o que é hegemonia, visto que o conceito possui diferentes interpretações a depender da tradição teórica de quem o utiliza.

O conceito de hegemonia é comum nas RI sendo trabalhado por autores das mais diferentes correntes teóricas: liberais, realistas, pós-coloniais, marxistas (notadamente gramscianos e neogramscianos), construtivistas e demais abordagens que podem ser encontradas no campo de estudos das RI (SCHOLTE; CASIER; DUTKIEWICZ, 2021). Quando se fala na perspectiva gramsciana – influenciada pela obra de Antonio Gramsci (2002) –, verifica-se que ela se origina em discussões da teoria marxista acerca da luta de classes, tomada de poder e o seu exercício no Estado. Como explicado por Cox (1983), o entendimento de Gramsci acerca do Estado vai além dos elementos governamentais, incluindo as bases da sociedade civil, o sistema educacional, a imprensa e todas as instituições que de alguma maneira formam o comportamento e as expectativas das pessoas. Disso decorre a importância da ideologia na análise gramsciana da hegemonia, visto que ela se torna um fator essencial para a difusão e preservação da hegemonia de um ator (MONTENEGRO, 2015).

A análise gramsciana também é derivada do conceito de poder de Maquiavel, que comparava esse elemento com um centauro – uma figura mitológica formada por uma metade humana e uma metade besta. Por meio dessa analogia o poder é entendido como sendo uma combinação de consenso e coerção. Quando o aspecto consensual prevalece, há hegemonia, reservando-se a coerção somente para os casos desviantes (COX, 1983). Nas palavras do filósofo italiano, “[...] um grupo social domina os grupos adversários, que visa a liquidar ou a submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados” (GRAMSCI, 2002, p. 62).

O domínio hegemônico se sustenta por meio do entendimento das elites dos países subordinados de que estão se beneficiando desse domínio, além da própria disposição do hegemom de sacrificar benefícios tangíveis de curto-prazo para garantir ganhos intangíveis de

longo-prazo (KEOHANE, 1984). Isso ocorre porque a hegemonia, segundo o que traz Cox (1983), significa passar dos interesses específicos de um grupo para a construção de instituições e elaboração de ideologias. Tais mecanismos possuem uma forma universal, não aparentam ser o interesse específico do grupo que as criaram, além de trazerem satisfação aos grupos subordinados e não minarem a liderança ou os interesses vitais do grupo hegemônico (COX, 1983; SCHOLTE; CASIER; DUTKIEWICZ, 2021).

Num contexto global, a hegemonia para Cox (1983) se caracterizaria como uma estrutura social, econômica e política que se manifesta nas normas, instituições e mecanismos que estabelecem as regras gerais de comportamento para os Estados e suas sociedades, sendo tais regras compatíveis com o modo dominante de produção. Cox (1983, p. 171, tradução nossa) acrescenta ainda que:

Uma hegemonia mundial é, portanto, em seu início, uma expansão para fora da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura, a tecnologia associada com essa hegemonia nacional tornam-se padrões de emulação no exterior.

Por outro lado, existem outras visões acerca da hegemonia e do papel do hegemôn nos estudos das Relações Internacionais. Embora para Cox (1983), que possui uma visão gramsciana, a hegemonia seja composta por aspectos materiais e ideológicos, manifestando-se numa estrutura, para autores de viés (neo)realista a prioridade é voltada aos aspectos materiais da distribuição de poder e manifestada pela figura de um Estado. Os liberais também compartilham da visão realista de manifestação da hegemonia por um ente estatal e a entendem como um fator necessário para manutenção da ordem do sistema e promoção da cooperação internacional, tendo como aspectos recorrentes em suas análises a economia, promoção da democracia e regimes internacionais (MONTENEGRO, 2015; SCHOLTE; CASIER; DUTKIEWICZ, 2021).

A questão da estabilidade do sistema é particularmente importante para os teóricos da estabilidade hegemônica, que consideram a existência de um hegemôn necessária para assegurar a ordem mundial. Segundo Keohane (1984), a Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH) parte de duas proposições iniciais: a de que a ordem política mundial é criada por uma potência única dominante e que a manutenção dessa ordem precisa de uma hegemonia contínua. Esses pressupostos estão expressos na afirmação de Charles Kindleberger, o formulador da TEH, de que “para que a economia mundial seja estabilizada, é preciso existir um estabilizador, um único estabilizador” (KINDLEBERGER, 1973, p. 305, tradução nossa). A hegemonia, tal como para os realistas, baseia-se na preponderância de recursos materiais e o argumento fundamental desta teoria é o de que as potências hegemônicas deveriam fornecer bens públicos

necessários para a operação do sistema, como garantia da paz, promoção da democracia e livre-comércio, defesa dos direitos humanos e estabilidade do sistema econômico (CASIER et al., 2020; FIORI, 2008; KEOHANE, 1984).

A diferença essencial entre liberais e realistas no entendimento acerca da hegemonia consiste no fato de que os últimos não atribuem tanto peso a questões morais quanto os primeiros: liberais tendem a compreender a hegemonia como um exercício de benevolência do hegemom, ao proporcionar estabilidade e promover seus valores, enquanto que realistas são propensos a valorizar mais o aspecto da guerra e disputa por poder, além de compreender que essa estabilidade e promoção de valores do hegemom tem como objetivo proporcionar a continuidade de sua primazia, podendo ser abandonadas quando deixarem de servir a esse propósito (CASIER et al., 2020). Um exemplo desse viés realista é a teoria do “universo em expansão” de Fiori (2008), cujo argumento central é o de que os conflitos e a “desordem” constituem o sistema, sendo causados pelas próprias grandes potências em sua luta pelo poder, sem que isso signifique, entretanto, a perda da sua primazia mundial.

No entanto, Keohane (1984) considera a abordagem da TEH unicamente calcada no pressuposto de Kindleberger (1973) muito simplista, argumentando que uma versão mais refinada dessa teoria deve considerar a hegemonia uma situação na qual “[...] um Estado é poderoso o bastante para manter as regras essenciais que governam as relações interestatais e deseja assim fazê-lo” (KEOHANE; NYE, 1977, p. 44, tradução nossa). Como se vê, tal visão leva em consideração outros aspectos além da força material dos Estados, visto que apenas ela não cria automaticamente os incentivos para projeção de poder. Para Keohane (1984), as atitudes domésticas, estruturas políticas e o processo decisório também precisam ser levados em conta para que a projeção de poder aconteça.

Considerar esses outros aspectos não significa desprezar o peso das capacidades materiais dos Estados para a hegemonia, especialmente o poder militar. Keohane (1984) considera que um Estado hegemônico precisa de força militar suficiente para proteger a economia internacional sob sua liderança das incursões de seus adversários hostis. Dessa forma, Keohane (1984) compreende que o hegemom desempenha um papel de destaque, no qual proporciona aos seus parceiros a liderança em troca da adesão – e isso não acontece sem um certo grau de consenso por parte dos outros Estados soberanos. O hegemom também precisa investir recursos em instituições para assegurar que as regras de sua preferência orientem o comportamento dos outros países, além de necessitar promover a cooperação para que essas mesmas regras possam ser aplicadas, visto que a predominância de fatores materiais por si só “não garante estabilidade ou efetiva liderança” (KEOHANE, 1984, p. 46, tradução nossa).

Yan (2013), utilizando como base o texto clássico chinês “Os Estratagemas dos Estados Combatentes”, que traz relatos sobre uma época da história chinesa conhecida como dos Estados Combatentes (475-221 a.C.)<sup>1</sup>, faz uma análise sobre como os filósofos da China antiga entendiam a hegemonia e como esse pensamento pode ser trabalhado no mundo contemporâneo para compreender o sistema internacional moderno e a própria ascensão chinesa. Segundo Yan (2013, p. 113, tradução nossa), o pensamento recorrente nos textos clássicos é o de que a base da hegemonia é o “poder nacional abrangente”, que envolve três fatores, explicitados no conselho do general Sima Cuo ao rei Hui de Qin:

Alguém que quer enriquecer um Estado deve alargar seu território; alguém que quer fortalecer o exército deve enriquecer o povo; alguém que quer ser um rei sábio deve estender sua virtude. Com estes três recursos em ordem, a autoridade humana virá. (YAN, Xuetong., 2013, p. 113, tradução nossa).

Além disso, é explicitada a centralidade que o poder político possui para o alcance da hegemonia, uma argumentação semelhante à de Keohane (1984), de que apenas a predominância dos aspectos materiais não garantiria a liderança sobre os demais. Com relação a isso, a legitimidade aparece como outro aspecto central para a conquista e manutenção da hegemonia. Como dito por Yan (2013, p. 123, tradução nossa), “[...] hegemonia não é apenas uma forma de status internacional; é também uma forma de ordem internacional”, que para ser alcançada necessita da criação de normas sociais que sejam respeitadas também pelos hegemons. Como exemplo da aplicação desse pensamento na contemporaneidade, Yan (2013) cita a atuação unilateral dos EUA durante o governo W. Bush (2001-2009), o que afetou a legitimidade internacional do país.

Já Scholte, Casier e Dutkiewicz (2021, p. 4, tradução nossa) entendem a hegemonia como “autoridade legitimada pelo poder dominante”. Para os autores a hegemonia é uma situação que combina “(a) controle concentrado de recursos materiais; (b) liderança em definir normas sociais e processos regulatórios; e (c) percepção predominante entre os sujeitos que o poder dominante governa apropriadamente” (SCHOLTE; CASIER; DUTKIEWICZ, 2021, p. 4, tradução nossa). Em decorrência da multiplicidade de interpretações teóricas acerca do conceito de hegemonia, torna-se difícil elencar apenas uma como fonte para análise, sob o risco de negligenciar aspectos fundamentais para o estudo dessa questão.

Dessa forma, a conceituação de hegemonia utilizada nesta pesquisa será próxima à de Scholte, Casier e Dutkiewicz (2021), por congregar noções presentes nas diferentes

---

<sup>1</sup> O “Período dos Estados Combatentes” ou “Estados Guerreiros”, foi uma época da história chinesa anterior à unificação, em que senhores feudais disputavam entre si a expansão de suas terras e a consolidação do poder. O período se encerra com a vitória do estado Qin, que consolidou a unificação do país e se tornou a primeira dinastia da China antiga (BRITANNICA, 2021).

perspectivas explicitadas anteriormente. Ou seja, a hegemonia americana compreende a sua primazia no sistema internacional em aspectos materiais – superioridade econômica e bélica – e a capacidade do país em estabelecer arranjos globais – instituições, regras – baseados em seus valores – aspectos ideacionais, princípios – com a legitimação dos demais. Um país que aspire a posição de hegemom também deve, portanto, reunir tais atributos.

## **2.1 A competição hegemônica entre EUA e China**

O fim da Guerra Fria, marcado pela desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), proporcionou aos EUA um momento de “unipolaridade” no sistema internacional (SÁ, 2014). Findo o conflito geopolítico e ideológico com os soviéticos, os EUA restaram como única superpotência e possuía, ao final do século XX, a primazia econômica, tecnológica, militar e ideológica – afinal, o modelo de democracia liberal e livre-comércio saiu “vitorioso” do conflito – sobre os demais países.

Entretanto, a bolha da internet no início dos anos 2000, os atentados de 11 de setembro de 2001 e a estratégia unilateral e belicosa perseguida pelo governo George W. Bush – a “Doutrina Bush” – (SILVER; PAYNE, 2021; SÁ, 2014) evidenciaram fissuras no que se imaginava ser um poder global implacável dos EUA, o que reavivou as discussões acerca do declínio americano. Essa percepção se acentuou no decorrer dos anos, com a crise financeira de 2008 e a rápida ascensão chinesa à posição de segunda economia global, em 2010.

A chegada de Barack Obama à presidência dos EUA deu fim à Doutrina Bush e iniciou um período de reorganização da atuação internacional americana. De acordo com Sá (2014), o governo Obama adotou uma perspectiva “declinista”, compreendendo que os EUA não desfrutavam mais de uma posição unipolar e presenciavam um declínio relativo com outros países emergentes, especialmente a China. Os EUA buscaram, então, diminuir a sua área de envolvimento, priorizando três regiões estratégicas: a Europa, o Nordeste Asiático e o Golfo Pérsico (SÁ, 2014).

O entendimento de que a conjuntura internacional caminhava para uma competição com os chineses já mostrava sinais desde os debates eleitorais de 2008 nos EUA, quando preocupações com a China se tornaram tópicos discutidos entre os presidenciáveis, inclusive o próprio Obama. No entanto, parece claro que é a partir da política de “Pivô para a Ásia”, iniciada em 2011, que os EUA elencaram a China como uma competidora global capaz de ameaçar a sua hegemonia. A partir desse momento as relações sino-americanas tornaram-se cada vez mais presentes no debate político estadunidense (LEON-MANRÍQUEZ, ALVAREZ, 2014).

Tal como a conceituação de hegemonia, a discussão acerca do declínio americano e a sua possível substituição gera uma série de interpretações entre autores de variadas perspectivas teóricas. Montenegro (2015) toma como base dessa discussão a visão de quatro autores: Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, José Luís Fiori e Fareed Zakaria. Os dois primeiros sustentam que o poder americano está em declínio, sendo que Wallerstein (2004) entende que esse declínio também acompanha o fim do próprio sistema-mundo moderno como o conhecemos, enquanto Arrighi (2008) argumenta ser certa a substituição da liderança estadunidense por uma de outro país – “[...] para Arrighi (2008) não restam dúvidas de que esse ator será a China” (MONTENEGRO, 2015, p. 256). Já a visão dos dois últimos autores é dissonante, pois Fiori (2008) entende que se presencia o fortalecimento do poder americano ao invés de seu anunciado fim. Zakaria (2008) interpreta que há uma redução relativa do poder estadunidense e seu prognóstico para o futuro do sistema internacional é o de um mundo mais diverso com o que ele chama de “ascensão do resto”.

Wallerstein (2004) e Arrighi (2008) concordam que o início da turbulência na hegemonia americana teve início nos anos 1970 – sendo brevemente esquecida com a “vitória” americana na Guerra Fria – e retornando na entrada do século XXI por conta dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Entretanto, o entendimento de hegemonia é um pouco diferente para os dois autores. Para Arrighi (2008) a hegemonia se diferencia de dominação – embora ambas estejam associadas, porque esta é ampliada pela liderança intelectual e moral. Já o conceito de hegemonia de Wallerstein (2004) está ancorado num viés mais econômico, ainda que o processo de condução de um ator ao posto de hegemom seja multifatorial, sendo o fator militar central para o alcance da hegemonia pelos EUA. Para Wallerstein (2004), os EUA chegaram à posição de hegemom por meio do seu crescimento econômico internacional, juntamente com a Alemanha, às custas do retrocesso econômico britânico, o que desencadeou uma disputa econômica com os alemães que só se findou após a Segunda Guerra Mundial.

Wallerstein (2004) sustenta que o declínio do poder americano se expressa em quatro eventos simbólicos: a derrota militar na Guerra do Vietnã (1955-1975), que gerou também um duro golpe na economia estadunidense num momento em que o Japão e a Europa ascendiam; as revoluções de 1968, que significaram um questionamento ao liberalismo; a queda do muro de Berlim em 1989, que significou também o colapso do liberalismo, pois a Guerra Fria se sustentava pelo conflito ideológico; e por fim, os ataques de 11 de setembro de 2001, que evidenciaram a fase final de queda dos EUA, com o enfraquecimento da retórica estadunidense frente ao mundo com a Guerra ao Terror.

Diante disso, Wallerstein (2004) argumenta que o sistema internacional no século XXI será marcado por três clivagens geopolíticas com diferentes dinâmicas, mas que interagem entre si. A primeira é o de uma luta pela dominação econômica entre EUA, Japão e União Europeia; a segunda é o de uma luta entre os países do Norte e do Sul globais; a terceira é o de uma luta entre o “espírito de Davos” e o “espírito de Porto Alegre”, uma referência a uma disputa entre as visões de mundo mais liberais, associadas ao Fórum Econômico Mundial, sediado em Davos, e àquelas que faziam um contraponto à globalização neoliberal, representadas pelo Fórum Social Mundial, instalado em Porto Alegre.

Como se nota e é evidenciado por Montenegro (2015), Wallerstein não pôde prever a ascensão econômica chinesa e a crise na Zona do Euro, bem como a diminuição do papel internacional do Japão, o que torna a sua análise limitada neste aspecto. Entretanto, o seu entendimento acerca das três dimensões da hegemonia americana – eficiência produtiva, agenda política mundial e superioridade militar – ainda são úteis para avaliar a força do poder americano na atualidade. Wallerstein argumenta que apenas o fator militar é o que resta da hegemonia americana, o que também é algo limitado em sua análise, visto que os EUA ainda possuem importância econômica e uma importante liderança cultural.

Para Arrighi (2008), crises de hegemonia não necessariamente conduzem à queda do hegemon, pois tais crises podem ter um caráter sinalizador – no qual os problemas são resolvidos em períodos longos – ou um caráter terminal, quando de fato há o fim de um ciclo hegemônico. A concepção de hegemonia de Arrighi possui uma raiz gramsciana, pois o autor compreende que ela está relacionada à capacidade dos grupos dominantes apresentarem seus projetos de poder como algo de interesse geral e não apenas particular. Quando há ausência de credibilidade para esse projeto, a força e a coerção passam a ser as ferramentas utilizadas e tem-se um período que o autor caracteriza como “dominação sem hegemonia”, que seria o período atual do sistema internacional.

Arrighi (2008) acrescenta ainda que as crises de hegemonia possuem quatro sintomas principais: expansões financeiras em larga escala; intensificação da competição entre outros Estados; aumento dos conflitos internacionais de ordem social e colonial; e emergência de novos polos de poder dotados de força suficiente para desafiar e vencer o atual hegemon. Para o autor, a crise sinalizadora dos EUA é representada pelo achatamento dos lucros dos capitalistas, juntamente com a não elevação da renda do Terceiro Mundo com a industrialização. Tais acontecimentos diminuiriam a credibilidade dos EUA como “polícia do mundo”, fazendo ressurgir forças nacionalistas e revolucionárias ao redor do globo. A Guerra

do Vietnã é entendida como o evento-chave desse momento de crise sinalizadora da hegemonia americana.

O achatamento dos lucros dos capitalistas é coerente com o período em que a análise de Arrighi (2008) foi escrita – um momento de crise financeira global –, mas não se aplica à realidade atual. Mesmo com a pandemia de COVID-19 os lucros dos capitalistas têm aumentado consideravelmente – 17 das 25 companhias mais lucrativas dos EUA tiveram expectativa de lucrar US\$ 85 bilhões a mais em 2020 do que nos anos anteriores (OXFAM, 2020).

Já a crise terminal dos EUA possui relação com os acontecimentos do pós-ataque de 11 de setembro de 2001. Arrighi (2008) considera que as dificuldades estadunidenses no Iraque teriam a capacidade de precipitar a crise terminal americana, assim como as dificuldades enfrentadas no Vietnã precipitaram sua crise sinalizadora. Como dito, o autor pondera que a China será o novo hegemom, mas isso dependeria das capacidades chinesas de organizarem uma reorientação global para um caminho distinto do preconizado pelos EUA, algo que não está dado.

Por outro lado, para Fiori (2008) as abordagens de Wallerstein (2004) e Arrighi (2008) fazem uma confusão entre períodos de tempo breves e os de longa duração – Fiori aqui se utiliza da concepção de Fernand Braudel –, o que faz com que esses autores compreendam alguns eventos como crises terminais e colapsos, o que não necessariamente acontece quando se insere tais eventos num plano de longa duração histórica. Para Fiori (2008), momentos de crise ou de guerra são intrínsecos à disputa internacional e sua interpretação é a de que o sistema internacional é um “universo em expansão” (FIORI, 2008, p. 22), no qual as potências lutam pelo poder e estão sempre criando cenários de ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. Dessa forma, podem acontecer os momentos de “explosão expansiva” (FIORI, 2008, p. 22) do sistema, nos quais existe a tendência de desencadeamento de dois processos: aumento da pressão competitiva e alargamento das fronteiras internas e externas.

No aumento da pressão competitiva acontece o expansionismo de uma ou várias grandes potências consideradas líderes no sistema, enquanto no alargamento das fronteiras ocorre a projeção de poder dessas potências para fora de si mesmas, ampliando as fronteiras do próprio sistema. Fiori (2008) defende que o século XXI sedia essa fase de pressão competitiva, o que levará a uma nova corrida imperialista. Para o autor, os EUA se mantêm como uma potência decisiva no sistema internacional – notadamente pelo fator do dólar ser a moeda de reserva internacional, o que permite o acúmulo de déficits sem grandes problemas –, mas tendo como competidores principais a Rússia e a China. Esta última é considerada pela sua ascensão no

cenário mundial e aquela por conta de suas reservas energéticas, seu arsenal nuclear e um certo “ressentimento nacional” decorrente do rebaixamento de sua posição internacional após o fim da União Soviética.

Por fim, para Zakaria (2008, p. 12) a configuração do sistema internacional é explicada por três grandes “mudanças tectônicas de poder”: a ascensão do mundo ocidental no século XV; a ascensão estadunidense no fim do século XIX, e a ascensão do “resto”, que está atualmente em curso. Este último processo se configura como um reequilíbrio de forças no sistema internacional que remete à pré-emergência do eixo eurocêntrico.

Zakaria (2008) argumenta também que existem várias etapas de “polaridade” no sistema internacional. Para o autor, a unipolaridade do poder econômico realmente findou-se, mas no fator militar ela ainda permanece. Disso decorre a interpretação de que o sistema internacional da primeira década do século XXI se configuraria como uma “unimultipolaridade”, no qual existem muitas potências, mas apenas uma superpotência: os EUA. O autor também chama a atenção para a diferença entre o declínio britânico e o americano, visto que o primeiro durou pouco se comparado ao domínio americano, visto que este já se estende por mais de um século. Outro aspecto levantado pelo autor é que o Reino Unido conseguiu acomodar os EUA e tocar sua influência internacional com pouca oposição, mesmo o país sendo sua ex-colônia. Além disso, Zakaria (2008) argumenta que a supremacia militar americana ainda é muito maior do que a britânica e entende que no início do século XXI o que acontece não é um declínio americano, mas sim uma maior diversidade de forças no cenário internacional. Logo, os EUA podem dirigir tais forças políticas e manter a sua predominância, mas isso dependeria da vontade estadunidense de se abrir novamente para o mundo.

Entendidas as posições dos quatro autores, é possível considerar que de fato os EUA enfrentam uma crise, embora não seja claro dizer se sinalizadora ou terminal, para utilizar os termos de Arrighi (2008). A preponderância estadunidense na economia mundial em decorrência do dólar não é algo que pode ser desconsiderado, ainda que a China se torne cada vez mais competitiva e que o cenário em que ela figura como primeira economia tenha deixado de ser uma questão de “se” para se tornar uma questão de “quando”.

A primazia militar americana também tem um papel fundamental nesse momento, como evidenciado por todos os autores, mas o cenário de “unimultipolaridade” concebido por Zakaria (2008) parece ser algo que não se confirmará. A “ascensão do resto” tomou uma forma mais consolidada de ascensão *chinesa*, visto que grupos como o BRICS não apresentam a mesma pujança de outrora, com o Brasil e a África do Sul sem o mesmo dinamismo econômico dos anos 2000 e com crises políticas, a Índia com pujança econômica, mas enfrentando dificuldades

com a China na região – os países são parceiros na iniciativa do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, mas se opõem com relação à Nova Rota da Seda (ACHARYA, 2017) – e a Rússia ainda sem readmitir por completo seu status de potência global e concentrando a crise econômica e política que também afetam Brasil e África do Sul.

O cenário que parece se consolidar de fato é o de uma *competição* protagonizada pelos EUA e a China, o que não significa desconsiderar o peso que a Rússia e a Índia possuem, especialmente no que diz respeito aos cenários regionais e a dinâmica de alianças e disputas que esses dois países compõem com EUA e China.

## **2.2. América Latina: uma região em disputa?**

Nesse contexto de competição existe a discussão sobre se a América Latina se configuraria como uma região em disputa entre os dois países. Paz (2012) e Gwadabe et al. (2020) compreendem que a China não tem buscado desafiar a predominância estadunidense na região, devido ao próprio entendimento chinês de que a hegemonia americana na América Latina é um fato consumado. Por outro lado, García e Lo Brutto (2019) defendem que a América Latina é vista como um ator estratégico para a China no seu projeto de construção de um sistema internacional alternativo e por conta disso seria um território em disputa para as duas potências.

Paz (2012) argumenta que a hegemonia dos EUA sobre o hemisfério ocidental aconteceu antes da sua proeminência global no pós-guerra, com a transição entre a *Pax Britannica* e a *Pax Americana* tendo sido concluída primeiro na região e não globalmente. A proclamação da Doutrina Monroe, por exemplo, ocorreu em 1823, quando os EUA postularam que o hemisfério ocidental – incluindo a América Latina – não estava disponível para a colonização europeia (ROSATI; SCOTT, 2011).

A partir da metade final do século XIX, inicia-se a “Era Regional” da política externa americana, conforme caracterizado por Rosati e Scott (2011), na qual os EUA aumentaram a sua presença na América Latina e promoveram ativamente estabilidade política e expansão econômica nessa região e na Ásia. Isso se deu por meio das políticas do “Big Stick”, do presidente Theodore Roosevelt, além da “Diplomacia do Dólar” de William Howard Taft e a “Nova Liberdade” de Woodrow Wilson, o que assegurou uma esfera regional de influência para os EUA (ROSATI; SCOTT, 2011).

Por conta disso, Paz (2012) argumenta que a China não busca travar um desafio hegemônico na América Latina, além de procurar evitar que os EUA tenham essa percepção. O desafio hegemônico é definido por Paz (2012) como um processo em que uma potência em

ascensão desafia o *status quo* criado e/ou sustentado por uma potência hegemônica, buscando o status de par ou tentando se tornar o novo hegemom. O autor considera que existiram cinco desafios hegemônicos na América Latina: EUA *vs.* Reino Unido no fim do século XIX e início do século XX; Alemanha Nazista *vs.* EUA entre os anos 1930 e 1940; URSS *vs.* EUA durante a Guerra Fria; Japão *vs.* EUA durante os anos 1980, o que não passou de uma percepção americana; e China *vs.* EUA, que pode ser considerada uma ameaça em potencial para os EUA na região.

No entanto, Paz (2012) diferencia o atual momento vivenciado por EUA e China dos desafios hegemônicos passados. O principal aspecto de diferença é que os dois países têm buscado institucionalizar a sua relação bilateral, simbolizado pelo Diálogo China-EUA para a América Latina, que foi iniciado em 2006 por George W. Bush e mantido por Barack Obama, mas atualmente inativo. O Diálogo era visto como um mecanismo para ambos os países alcançarem seus interesses de política externa na região e evitar maus entendidos. Paz (2012) argumenta que os EUA entendiam o mecanismo como uma forma de influenciar e moldar o papel da China na região, enquanto a China via como uma oportunidade de acalmar os ânimos dos EUA por conta do estresse das relações econômicas entre os dois países e dissipar a desconfiança americana.

A atuação chinesa na região é vista como muito coerente com o discurso oficial de política externa do país, uma vez que os chineses têm sido contidos nas suas ações na América Latina. Como exemplo disso, tem-se a negativa da China de fornecer um empréstimo à Argentina para pagar a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2004 e a relutância chinesa em apoiar a Venezuela na candidatura a um assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) em 2006 (PAZ, 2012).

Em linha com o que argumenta Paz (2012), Gwadabe et al. (2020), por meio de uma perspectiva crítica da Teoria da Transição de Poder, compreendem que a China não busca confrontar diretamente os EUA, visto que isso significaria muito mais revezes do que benefícios para todos os países. Para os autores a China pode superar os EUA em termos econômicos, mas não existem indícios de confronto armado entre as duas nações. No aspecto regional, a China está mais interessada em aumentar sua influência na Ásia e diminuir o poder estadunidense, ou até mesmo expulsá-lo da região, o que Gwadabe et. al (2020) consideram ser uma das conquistas estratégicas críticas da China na sua ascensão como hegemonia regional.

Essa visão privilegiada que a China dá ao seu entorno é reforçada também por Montenegro (2019), que traz a visão de Yan (2014) e Brown (2017) acerca das relações externas da China contemporânea. Para Yan (2014), a China trabalha com a visão de “categorias de

Estados”, que se dividem em quatro: “pilares estratégicos”, no qual se incluem Rússia e Paquistão; “Estados normais”, do qual fazem parte Alemanha e Índia; “competidor global”, os Estados Unidos; e “países hostis”, sendo o Japão e as Filipinas, como pode ser visto no Quadro 1.

**Quadro 1.** Categorias de Estados nas relações externas da China contemporânea

<b>Tipo</b>	<b>Exemplos</b>
Pilares estratégicos	Rússia e Paquistão
Estados normais	Alemanha e Índia
Competidor global	Estados Unidos
Países hostis	Japão e Filipinas

**Fonte:** Montenegro (2019)

Já Brown (2017) entende que a China desenvolve sua política externa contemporânea com base em “regiões estratégicas” rotuladas e definidas por quatro elementos: laços econômicos, interesses em termos de segurança, tecnologia/ativos intelectuais e proximidade geográfica. Dessa forma, as regiões estratégicas seriam: os EUA, cuja estratégia recebe o rótulo de “Novo modelo de relações entre grandes potências”, na qual existem interesses econômicos, de tecnologia e proximidade geográfica por conta do Pacífico; a Ásia, rotulada de “Iniciativa Cinturão e Rota”, em que todos os elementos estão incluídos; a União Europeia, sob o nome de “Potências Civilizacionais”, cujos elementos são os econômicos e de tecnologia; e o Oriente Médio, América Latina e África, que não possuem um “slogan” específico para a estratégia e têm como elementos economia e segurança.

**Quadro 2.** Zonas estratégicas globais segundo a política externa chinesa contemporânea

<b>Zona</b>	<b>Rótulo</b>	<b>Economia</b>	<b>Segurança</b>	<b>Tecnologia</b>	<b>Geografia</b>
EUA	<i>New model of major power relations</i>	Sim	Não	Sim	Sim (Pacífico)
Ásia	<i>Belt and Road Initiative</i>	Sim	Sim	Sim	Sim
UE	<i>Civilizational powers</i>	Sim	Não	Sim	Não
OM, AL e AFR	X	Sim	Sim	Não	Não

**Fonte:** Montenegro (2019)

Percebe-se que tanto pela visão de Yan (2014), quanto pela de Brown (2017), a América Latina não possui um papel muito preponderante na política externa chinesa contemporânea. O que prevalece é a atenção à Ásia, que concentra cinco países – incluindo a Rússia – na classificação de Yan (2014) e que possui todos os elementos de interesse da caracterização de Brown (2017). Além disso, segundo a perspectiva de Brown (2017), a América Latina sequer possui uma estratégia com rótulo definido, estando inserida em um bloco com o Oriente Médio e África. Esses aspectos reforçam os argumentos de Paz (2012) e Gwadabe et. al (2020) de que os chineses não buscam, a princípio, pôr em prática um desafio hegemônico aos estadunidenses na região.

Leon-Manríquez e Alvarez (2014) também reforçam o argumento de que a América Latina não se constitui como uma região de prioridade para Washington e Beijing, tampouco o crescimento da influência chinesa na região levou a uma disputa entre as duas potências. Como tópicos mais relevantes da relação sino-americana, Leon-Manríquez e Alvarez (2014) destacam o déficit comercial existente entre os países, preocupações dos EUA com o aumento dos gastos militares chineses, disputa global por recursos energéticos, as questões de Taiwan, Coreia do Norte e Irã e o papel dos dois países na integração econômica da Ásia Oriental. Como atualização, pode-se acrescentar a disputa tecnológica entre os dois países, representada pela rede 5G e o mercado de semicondutores, além da questão do Mar do Sul da China.

Por outro lado, García e Lo Brutto (2019) entendem que a América Latina pode ser considerada uma região em disputa devido à dissociação do poder militar do poder econômico dos EUA, que se concentra atualmente na China. Além disso, os autores apontam o fracasso do “Projeto para um Novo Século Americano” dos neoconservadores estadunidenses e consideram a iniciativa da “Nova Rota da Seda” como sendo a base da construção de um novo sistema interestatal sob a liderança de Pequim, capitaneado por uma nova visão econômica.

Como símbolo desse processo, os autores citam o discurso do presidente Xi Jinping no Fórum Econômico Mundial de 2017, no qual o mandatário chinês defendeu um modelo de globalização benéfico para todos, um contraste com o discurso nacionalista e privatizador do presidente Donald Trump, que tinha como modelo de desenvolvimento um programa baseado na privatização e securitização com enormes gastos militares.

Esse novo sistema interestatal em surgimento capitaneado pela China coexiste com o sistema interestatal do pós-Segunda Guerra, o que remete à interpretação de Stuenkel (2017, p. 239, tradução nossa) acerca de um “multilateralismo competitivo”, no qual não se busca uma ruptura com o modelo atual, mas uma convivência com ele, permitindo novas práticas e formas de interação global. Por esse aspecto o que se coloca em andamento é muito mais uma

*substituição* do que uma superação da hegemonia americana, já que esse último processo pode ser entendido como um abandono do modelo atual e completa reformulação do sistema internacional.

Acharya (2017) também sustenta uma posição semelhante à do “multilateralismo competitivo” de Stuenkel: a “ordem mundial multiplex”. Para o autor, o sistema internacional emergente no século XXI é o de uma manutenção de determinadas estruturas da ordem internacional liberal comandada pelos EUA e seus aliados, mas com tais estruturas inseridas num conjunto maior e diversificado de ordens internacionais que se entrecruzam. A tendência cada vez maior de diversificação dos atores e arranjos internacionais – grupos da sociedade civil, corporações, instituições regionais – faz com que a ordem multiplex não seja determinada pela hegemonia de um único país ou ideologia, mas por visões diferentes que se relacionam:

Um mundo multiplex é como um cinema multiplex – o qual dá ao seu público uma escolha de vários filmes, atores, diretores e tramas, todos sob o mesmo teto [...] ao mesmo tempo, um mundo multiplex é um mundo de interconectividade e interdependência. Não é uma ordem global singular, liberal, ou qualquer outra coisa, mas um complexo de ordens internacionais e globalismos cruzados, se não concorrentes. (ACHARYA, 2017, p. 277).

García e Lo Brutto (2019) também chamam atenção para o fato de que as relações com a China têm a tendência de serem vistas como benéficas para todos, o que não acontece com os EUA, que enfrentam mais resistência de alguns países. A defesa de princípios como relações “ganha-ganha” e os cinco princípios da coexistência pacífica – respeito mútuo acerca da soberania e integridade territorial, não-agressão mútua, não-interferência nos assuntos internos, igualdade ou benefício mútuo e coexistência pacífica (MONTENEGRO, 2019) – são marcas da presença chinesa na América Latina (GARCÍA; LO BRUTTO, 2019), o que pode explicar essa visão mais positiva do país na região.

García e Lo Brutto (2019), no entanto, concordam que a China não enfrenta diretamente os EUA na região, mas que busca influenciar os processos latino-americanos por meio da estratégia de *softbalancing*. Entretanto, os autores evidenciam que os projetos latino-americanos buscam se inserir numa estratégia global que reforça a sua posição de periferia, convertendo-a num território em disputa e com menor capacidade de negociação externa com outros atores como China, EUA e União Europeia.

Dessa forma, a América Latina é entendida como uma região de predominância dos EUA, algo que é reconhecido pelos próprios chineses, refletindo na elaboração de suas políticas para a região – sem o objetivo de um confronto direto com os estadunidenses e buscando promover um discurso de benefícios mútuos. O cenário de disputa aberta e direta parece estar no entorno regional chinês, ainda que a América Latina seja importante para a estratégia global

da Nova Rota da Seda e para a política de uma só China – já que a maioria dos países que reconhecem Taiwan está no subcontinente (MONTENEGRO, 2019; PAZ, 2012).

Percebe-se que o entendimento de que a América Latina não se configura como uma região em disputa entre os EUA e a China prevalece entre os autores que escreveram ainda nos anos 2010, como Paz (2012) e Leon-Manríquez e Alvarez (2014). Isso pode ser explicado pela conjuntura da época: o governo estadunidense ainda era o de Barack Obama, que apesar de ter assumido uma posição aberta de competição com a China, manteve posições mais prudentes de seus antecessores como resposta às incursões chinesas. No entanto, como exposto pelos próprios Leon-Manríquez e Alvarez (2014), os “*hard-liners*” da política americana poderiam modificar esse padrão e a chegada de Donald Trump à presidência em 2016 manifesta essa mudança. Trump elevou o tom e adotou posições mais duras contra os chineses – como a deflagração da guerra comercial.

Ainda que Gwadabe et al. (2020) argumentem que a China não busca desafiar a hegemonia estadunidense na região, a simples percepção de ameaça é o bastante para que os *policy makers* ajam como se esse desafio fosse real, o que significa exercer pressão sobre os países latino-americanos e induzir a opinião pública a “escolher um lado”, como evidenciado por Paz (2012). O governo Trump atuou exatamente nessa linha, o que no fim faz com que pouco importe se os chineses na realidade estão desafiando ou não os EUA na região – para os estadunidenses isso já é uma realidade concreta.

Paz (2012) também evidencia que a política chinesa para a região pode ser modificada caso os EUA se engajem num potencial conflito em Taiwan, com os chineses adotando uma postura mais clara de oposição aos americanos, realizando retaliações diplomáticas ou operações diversionistas. Embora um conflito em Taiwan pareça pouco provável de acontecer, os EUA têm mantido seu apoio à ilha, inclusive com fornecimento de armamentos e realização de manobras militares no estreito de Taiwan, o que tem sido visto pelos chineses como uma provocação. Esses fatos carregam o potencial de modificar a política chinesa para a América Latina, mas não é o que parece acontecer até o momento. Diante disso, é importante considerar a afirmação de Hurrel (1995, p. 25) de que “[...] todas as regiões são socialmente construídas e, portanto, politicamente passíveis de serem contestadas”.

Nos capítulos subsequentes serão analisadas de maneira pormenorizada a atuação dos dois países na América Latina, utilizando os indicadores de comércio, investimento e agenda diplomática – mais especificamente projetos de cooperação dos dois países com a região – como forma de verificar empiricamente qual o papel da região na competição entre as duas potências.

### 3 A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

Ao longo do século XX os Estados Unidos tornaram-se a potência hegemônica do sistema internacional, tendo atingido essa posição no contexto pós-Segunda Guerra Mundial (PECEQUILO, 2013). No entanto, antes da sua projeção de poder em escala global, os EUA firmaram a sua hegemonia primeiramente no hemisfério ocidental – nomenclatura comumente utilizada pela diplomacia estadunidense para referir-se à área que abrange as Américas – concretizando a transição da *Pax Britannica* para a *Pax Americana* na região antes do que no cenário global (PAZ, 2012).

A consolidação desse poder hemisférico dos EUA deu-se em dois períodos caracterizados por Rosati e Scott (2011) como as eras “Continental” e “Regional” da Política Externa dos Estados Unidos. Na primeira era, que abrange o período da independência do país até meados do século XIX, os EUA preocuparam-se especialmente em construir a nação (*nation building*) e expandir-se continental e especificamente na própria América do Norte (ROSATI, SCOTT, 2011). Nesse período ocorreu a expansão para o Oeste com a compra da Louisiana, anexação dos territórios mexicanos após a Guerra Mexicano-Americana, a cessão do Oregon pelos britânicos e a compra da Flórida, que pertencia aos espanhóis (BRITANNICA, 2021).

Também foi durante a Era Continental que se estabeleceu um importante paradigma da política externa estadunidense: a política de não-alinhamento do presidente George Washington. Tal tradição foi pautada por um “internacionalismo unilateral” (PECEQUILO, 2013, p. 3) no qual se entendia que os EUA não deveriam firmar alianças permanentes e adotar uma postura mais isolacionista, de maior distanciamento do mundo. Rosati e Scott (2011) argumentam que é difícil dizer que a tradição de Washington seja isolacionista em razão do histórico de intervenções militares externas do país desde a independência<sup>2</sup>, mas há um consenso com o argumentado por Pecequilo (2013) de que a postura de não-alinhamento se deveu à fragilidade do país recém-independente.

Além disso, é proveniente da Era Continental a política considerada por Pecequilo (2013) como a definidora das relações dos Estados Unidos com a América Latina e o Caribe (ALC): a Doutrina Monroe. Proclamada em 1823 pelo presidente James Monroe, a Doutrina declarava que o hemisfério ocidental não estava aberto à colonização europeia, caracterizando a região como zona de influência natural dos EUA, no qual se conteria o avanço tanto de

---

<sup>2</sup> Conforme Rosati e Scott (2011), os EUA empregaram suas forças militares externamente 163 vezes entre 1798 e a Segunda Guerra Mundial (1941-1945) e 98 vezes antes da Guerra Hispano-Americana (1898), o que equivale a uma média de quase 1 intervenção armada por ano em mais de 140 anos. Para maiores detalhes ver a Tabela 2.1 em Rosati e Scott (2011, p. 16).

potências extracontinentais (notadamente europeias naquele período) quanto de atores do próprio continente que pudessem ameaçar o controle estadunidense (ROSATI, SCOTT, 2011; PECEQUILO, 2013).

Com o limite da expansão territorial alcançado no continente norte-americano e a consolidação político-econômica do país no pós-Guerra Civil (1861-1865), iniciou-se a ideia do “Destino Manifesto”, pelo qual os EUA possuiriam o dever de difundir para o mundo a sua experiência democrática, seus valores e instituições, o que significou um maior engajamento externo e conseqüente projeção de poder do país (WEEKS, 1996; PECEQUILO, 2013). Foi nesse período que se iniciou a Era Regional com o aumento da presença de investimentos dos EUA na ALC, expansão do comércio, empréstimos e promoção ativa de regimes amigáveis que evitassem o engajamento com os europeus (ROSATI, SCOTT, 2011).

Segundo Williams (2015), na década de 1890 os EUA se tornaram de fato o principal ator externo na América Latina, assumindo inicialmente o papel de “polícia regional” com o Corolário Roosevelt e a política do “*Big Stick*”. O Corolário foi um adendo do presidente Theodore Roosevelt à Doutrina Monroe, que justificava a intervenção dos EUA em países latino-americanos que fossem incapazes de cumprir os compromissos financeiros e políticos com os EUA e outros países (CEPIK, 2019). Em virtude dessa política, durante esse período os EUA estabeleceram uma série de protetorados na ALC, a exemplo de Porto Rico, Cuba e as Ilhas Virgens Americanas (CEPIK, 2019; WILLIAMS, 2015; ROSATI, SCOTT, 2011).

Apesar das mudanças na Casa Branca e dos vieses político-partidários distintos dos presidentes estadunidenses durante o século XX, as relações com a ALC continuaram a seguir o padrão estabelecido pela Doutrina Monroe: garantia dos interesses político-econômicos dos EUA mesmo por intervenção militar direta nos países. Cepik (2019) ressalta o caso do presidente Woodrow Wilson, um democrata considerado progressista que comandou invasões ao México, Haiti, Panamá, Nicarágua e República Dominicana, o que revela o caráter estrutural e pouco dependente da vontade dos presidentes com relação à atuação do país com a região.

A consolidação da posição estadunidense no hemisfério ocidental possibilitou aos EUA um engajamento cada vez maior com outras regiões, especialmente a Europa, onde o país teve um papel importante para o fim da Primeira Guerra Mundial e as negociações do pós-guerra. (ROSATI, SCOTT, 2011). Nesse momento ocorreu o ensaio de criação de uma ordem internacional estável baseada em organizações internacionais multilaterais e nos pilares da democracia, segurança coletiva e autodeterminação dos povos, aspectos presentes na visão do presidente Woodrow Wilson – o “idealismo Wilsoniano” (PECEQUILO, 2013). Ainda que o

sistema internacional da Liga das Nações tenha fracassado<sup>3</sup>, foi o momento em que os EUA se viram com considerável poder no cenário mundial que abriu o caminho para o futuro da sua atuação externa: a “Era Global”, na qual o país atua como uma potência global com uma política externa capaz de afetar todo o mundo (ROSATI, SCOTT, 2011).

Esse momento deu-se após a Segunda Guerra Mundial, momento no qual os EUA buscou criar um novo ordenamento internacional que prevenisse o surgimento de uma nova guerra global e garantisse tanto a sua estabilidade e segurança como a dos seus aliados durante a guerra. A partir disso, criou-se as Nações Unidas como o mecanismo para se alcançar esse objetivo de paz e estabilidade, delineando as áreas de influência entre os cinco aliados vencedores do conflito: América Latina como área de influência dos EUA; Europa Oriental para a URSS; Europa Ocidental para a França e Inglaterra, e a Ásia Oriental para a China (ROSATTI; SCOTT, 2011). Aliado aos esforços para garantia da segurança, buscou-se também criar mecanismos para a recuperação econômica no pós-guerra: durante a conferência de Bretton Woods, criou-se o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Mundial (AYERBE, 2002). Tais mecanismos são símbolos da política externa de alcance global dos EUA citada por Rosatti e Scott (2011).

A separação em blocos de influência acaba por consolidar a disputa entre os EUA, líder dos países capitalistas, e a URSS, líder dos países socialistas. O avanço do socialismo soviético passa a ser considerado como uma ameaça à segurança dos EUA, e se inicia o período da Guerra Fria. O presidente Truman adotou uma estratégia de tentar impedir de qualquer forma o surgimento de novos Estados socialistas, o que ficou conhecido como “estratégia de contenção” (ROSATTI, SCOTT, 2011, p. 30, tradução nossa) e para lidar com esta nova estratégia, criou-se importantes agências do governo estadunidense, como o Conselho de Segurança Nacional e a Agência Central de Inteligência (CIA). Para a América Latina, o símbolo deste novo momento foi a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que previa uma resposta multilateral a ataques estrangeiros de qualquer país americano, e a OEA (AYERBE, 2002).

Percebe-se, a partir da resumida exposição histórica da política externa dos EUA para a América Latina e o Caribe até o pós-Primeira Guerra Mundial, que “o processo de ascensão e

---

<sup>3</sup> A Liga das Nações foi criada no pós-Primeira Guerra Mundial, e tinha como um dos objetivos primordiais impedir que uma nova guerra de proporções mundiais voltasse a ocorrer. Uma das principais razões para o fracasso da Liga é que os EUA não se tornaram membros da organização internacional, embora o presidente Woodrow Wilson tenha sido um dos principais defensores da criação da Liga (CPDOC, 2021). O Senado dos EUA não ratificou o Tratado de Versalhes e, conseqüentemente, rejeitou a entrada do país no organismo internacional (ROSATI, SCOTT, 2011).

consolidação dos EUA como uma potência hegemônica global no século XX esteve, estruturalmente, fundado nas relações interamericanas” (MOLL, TEIXEIRA, 2021, p. 6). Como se verá a seguir neste capítulo, as tradições da PEX estadunidense para a ALC persistem até os dias de hoje, em maior ou menor grau. É impossível falar das relações interamericanas sem citar a Doutrina Monroe ou o peso econômico que os EUA possuem para os países da ALC, aspectos que têm raízes históricas e que por isso demandam essa breve historização.

Nas seções seguintes serão tratadas as relações interamericanas no imediato pós-Guerra Fria, no qual se observará os pontos mais relevantes e legados do engajamento dos EUA com a região durante os governos George H. W. Bush (Bush “pai”), Bill Clinton e George W. Bush (Bush “filho”). Em seguida serão analisadas com maior propriedade as políticas externas das administrações Barack Obama e Donald Trump para a região.

### **3.1 As relações interamericanas no imediato pós-Guerra Fria (H. Bush, Clinton e W. Bush)**

O período pós-Guerra Fria consagrou os EUA como a única superpotência do sistema internacional, vencedora do conflito bipolar com a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A década de 1990 foi o período em que se estabeleceu um largo consenso de que o modelo de democracia liberal e economia de livre-mercado eram os padrões a serem perseguidos por todos os países do mundo – algo simbolizado pela ideia de “fim da história” de Fukuyama (2006) –, tendo os EUA como o símbolo desses modelos.

É evidente que tal posição internacional dos EUA afetou a maneira com que o país exerceu as suas relações com a ALC, pois como afirmado por Milani (2020), a política externa dos EUA para a ALC não está desatrelada das estratégias globais do país. Isso significou uma ofensiva regional de novos projetos de inserção comercial e política visando preservar a influência estadunidense na região frente à concorrência econômica da União Europeia (UE) e do Japão. A ALC naquele momento exerceu uma função de destino privilegiado de investimentos e mercadorias estadunidenses, vista como uma “válvula de escape” para a economia norte-americana, em que era possível auferir lucros com a exploração do consumo e da mão de obra na região, o que fortalecia a economia americana face à economia japonesa e o avanço do projeto europeu (MOLL; TEIXEIRA, 2020; PECEQUILO, 2013, p. 37).

Tal ofensiva regional deu-se na forma de iniciativas de integração regional pautadas em liberalização econômica e política. O primeiro exemplo é a “Iniciativa para as Américas”, proposta em 1990 pelo presidente George H. W. Bush, que visava estabelecer um novo padrão

para as relações hemisféricas, resumido no mote “comércio, não ajuda”<sup>4</sup> (PECEQUILO, 2013). De fato, conforme explicado por Ceceña e Aguilar (2015):

As Iniciativas para as Américas não se apresentaram como um plano de ajuda econômica e assistência ao desenvolvimento, senão como propulsora de um conjunto de mudanças e reformas estruturais para permitir uma abertura quase total da América Latina ao mercado mundial e à livre circulação de capitais. O plano tinha como pilares o estímulo ao comércio, o incremento ao investimento estrangeiro e a redução do endividamento externo, no marco da liberação total das economias regionais.

Tal proposta foi bem recebida pelos países latino-americanos, que nutriam uma inclinação pró-americana desde o contexto das crises da dívida dos anos 1980 e o consequente período “unipolar” dos EUA no sistema internacional (PECEQUILO, 2013). Como dito por Moll e Teixeira (2020, p. 6), “crises econômicas, esgotamento da URSS e expansão do modelo político-econômico neoliberal minaram a credibilidade de qualquer outra potência e/ou projeto autônomo na região”.

A promoção dos valores democráticos liberais também foi uma outra frente de atuação da ofensiva estadunidense na região, visto que muitos países haviam passado por processos de redemocratização recentes, sendo necessário consolidar as instituições democráticas e a defesa desses valores sem a necessidade de intervenção dos EUA nos assuntos internos dos países. Isso se deu através da criação de mecanismos na Organização dos Estados Americanos (OEA) para monitorar eleições, solucionar crises regionais e suspender membros em caso de descumprimento de cláusulas democráticas, como preconizado pelo “Protocolo de Washington” de 1992 (OEA, 1992; WILLIAMS, 2015).

Como exemplos da atuação estadunidense na região durante esse período estão a restauração do presidente haitiano Jean Bertrand Aristide, deposto em um golpe militar em 1994; um empréstimo de US\$50 bilhões ao México junto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a resolução de disputas fronteiriças entre Equador e Peru juntamente com Argentina, Brasil e Chile, em 1998 (WILLIAMS, 2015). Em resumo, como dito por Williams (2015, p. 200): “[...] os Estados Unidos tiveram uma grande estratégia coerente em relação à América Latina, que era para solidificar estes desenvolvimentos, conservar a sua posição regional proeminente e promover uma crescente prosperidade regional, harmonia política e liberdade.”.

A Iniciativa para as Américas também iniciou as discussões para uma área de livre-comércio que abrangesse todo o continente americano, do Alasca à Terra do Fogo, a Área de Livre-Comércio das Américas – ALCA (CECEÑA; AGUILAR, 2015). A ALCA foi o grande projeto estadunidense para a região, com suas negociações se iniciando em 1994, no governo

---

<sup>4</sup> Tradução literal de “*trade, not aid*”.

Clinton, e finalizando no governo George W. Bush, em 2005, com o abandono da proposta. Existia uma predisposição latino-americana para o projeto, mas a ausência de benefícios reais para a região, juntamente com a reavaliação dos efeitos do neoliberalismo na ALC criaram clivagens nas negociações que culminaram com a recusa do projeto (PECEQUILO, 2013).

Embora a ALCA não tenha se concretizado, o projeto da Área de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês) teve sucesso, entrando em vigor em 1994 e envolvendo os EUA, Canadá e o México. O NAFTA seguiu o padrão de integração regional buscado pelos EUA com a região, que se mantém desde então com foco no livre-comércio, sem organismos de coordenação política para promoção do desenvolvimento, sem envolver aspectos sociais e culturais, nem livre-trânsito de pessoas (AGUILAR, 2015; PECEQUILO, 2013).

Por outro lado, um importante mecanismo iniciado pelo governo Clinton, e que segue em atividade, foi a Cúpula das Américas, que funciona como um fórum “para discutir problemas comuns, buscar soluções e desenvolver uma visão compartilhada para o desenvolvimento da região, seja ela social, econômica, ou de natureza política” (OEA, 2021, p. 1). A Cúpula é a reunião de mais alto nível existente entre os EUA e os demais países latino-americanos e caribenhos e se configura como um espaço utilizado pelos estadunidenses para anunciar compromissos, iniciativas de integração regional e objetivos da política externa do país com a região (EMBAIXADA..., 2021).

Outro aspecto iniciado nesse período e que permaneceu como um dos fatores constituintes da relação dos EUA com a ALC foi a “Guerra às Drogas” no hemisfério. Os governos Bush “pai”, Clinton e Bush “filho” criaram uma série de programas de combate ao tráfico de drogas e crime organizado na região: a Iniciativa Andina (1989), o Plano Colômbia (1999) e as iniciativas Regional Andina (2002) e Mérida (2008), que se estenderam para além dos períodos de seus mandatos (MERCADANTE, 2018; VELÁZQUEZ; SCHIAVON, 2009; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2002). O Quadro 3 traz um resumo acerca dessas iniciativas antidrogas.

**Quadro 3.** Planos de combate às drogas promovidos pelos governos dos EUA (1989-2008)

<b>Plano</b>	<b>Governo criador</b>	<b>Período de execução</b>	<b>Área abrangida</b>
Iniciativa Andina	George H. W. Bush	1989-1994	Colômbia, Peru e Bolívia
Plano Colômbia	Bill Clinton	1999-2016	Colômbia
Iniciativa Regional	George W. Bush	2002-2008	Colômbia, Bolívia,

Andina			Peru, Brasil, Panamá, Venezuela
Iniciativa Mérida	George W. Bush	2008-2021	México, América Central e Caribe

**Fonte:** elaboração do autor com base em Mercadante (2018), Velázquez e Schiavon (2009) e Estados Unidos da América (2002)

Por fim, com o fracasso da ALCA e os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, a ALC passou a ocupar pouco espaço na Política Externa dos EUA no século XXI, seguindo o padrão das relações interamericanas observado por Pecequilo (2013): ofensivas táticas dos EUA seguidas de um período de desengajamento. Há um foco maior no Oriente Médio e na Ásia e a ALC deixa de ser vista como uma região de oportunidades comerciais para ser entendida como uma região problemática e de baixa perspectiva de engajamento (PECEQUILO, 2013; MOLLS; TEIXEIRA, 2020).

Dessa forma, o legado deixado pelas administrações presidenciais de George H. W. Bush, Bill Clinton e George W. Bush para as presidências Obama e Trump resumem-se a: 1. preferência por acordos de livre-comércio com os países da ALC; 2. política de guerra às drogas como constituinte do engajamento com a região; 3. utilização da Cúpula das Américas como fórum de alto nível para concertação política; 4. ausência de um projeto claro para a região, como fora a ALCA. A seguir será analisado de maneira mais detalhada como se deu a política externa do governo Barack Obama para a ALC, observando-se as continuidades com relação aos governos anteriores e as mudanças implementadas pelo presidente.

### 3.2 A Administração Obama (2009-2017)

O presidente Obama foi eleito em 2008 num momento delicado para os EUA: uma profunda crise financeira internacional iniciada no país aliada ao descrédito dos EUA no cenário internacional devido à política externa militarista e unilateral do presidente George W. Bush e sua “Guerra ao Terror”. Nesse sentido, a vitória de Obama foi pautada pela esperança da possibilidade de mudança interna do país, com a melhoria da economia devastada pela crise, e da mudança da política externa do país, com um maior compromisso com o multilateralismo e com os parceiros tradicionais (PECEQUILO, 2013; 2018).

Esses aspectos surgem na *National Security Strategy* de 2010 (NSS-2010), na qual o presidente Obama pontua que

Devemos perseguir uma estratégia de renovação nacional e liderança global - uma estratégia que reconstrói a fundação da força e influência americanas [...] para isso,

nós seremos firmes no fortalecimento daquelas velhas alianças que nos serviram tão bem, enquanto as modernizamos para enfrentar os desafios do novo século. Conforme a influência se estenda a mais países e capitais, nós construiremos novas e profundas parcerias em toda região, e fortaleceremos as normas e instituições internacionais. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010, p. 3-4, tradução nossa).

Além disso, a NSS-2010 (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010, p. 7, tradução nossa, grifo nosso) também define os “interesses duradouros” dos Estados Unidos como sendo:

A segurança dos cidadãos, aliados e parceiros dos EUA; uma economia forte, inovadora e crescente num sistema econômico aberto que promove oportunidade e prosperidade; respeito por valores universais doméstica e internacionalmente e uma ordem internacional impulsionada pela liderança dos EUA, que promove paz, segurança e oportunidade através de **cooperação mais forte** para fazer frente aos desafios globais.

Os tópicos evidenciados na NSS-2010 estabelecem aquilo que se convencionou chamar de “Doutrina Obama”, a maneira com que a política externa estadunidense seria conduzida a partir daquele momento. Segundo Rosati e Scott (2010), as principais características da Doutrina são o reconhecimento de que os EUA são incapazes de solucionar todos os problemas do mundo sozinhos, embora permaneçam sendo a nação mais poderosa do planeta. Por isso há um esforço em fortalecer a cooperação e as instituições internacionais multilaterais. Além disso, a visão de excepcionalismo americano permanece, no sentido de entender as instituições e valores americanos como um modelo a ser seguido por todos os outros, mas aparece, ao menos no discurso, o reconhecimento das diferenças culturais e ideológicas existentes em cada país.

No que diz respeito especificamente à relação com a América Latina, anuncia-se basicamente a reprodução dos elementos gerais da Doutrina Obama na região, conforme pode ser visto na NSS-2010:

Nas Américas, estamos ligados pela proximidade, mercados integrados, interdependência energética, um compromisso amplamente compartilhado com a democracia e o Estado de direito. Nossos profundos laços históricos, familiares e culturais tornam nossas alianças e parcerias fundamentais para os interesses dos Estados Unidos. Trabalharemos em parceria igualitária para promover a inclusão econômica e social, salvaguardar a segurança e proteção dos cidadãos, promover energia limpa e defender os valores universais dos povos do hemisfério (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010, p. 44, tradução nossa).

Materialmente durante o primeiro mandato do presidente Obama (2009-2012) a política externa estadunidense fez poucos avanços na relação com a ALC, com as promessas de Obama de parcerias econômicas e coordenação política não se concretizando (PECEQUILO, 2013; AYERBE, 2016). Levanta-se aqui duas possíveis explicações para isso: tanto os EUA enfrentavam uma crise de legitimidade, agravada pela crise econômica de 2008, o que exigiu do país um esforço para estabilizar-se internamente, como os próprios países da ALC passaram

a desfrutar de um momento de maior autonomia em virtude do *boom* de commodities, diversificando parcerias e criando instituições de concertação política próprias (WILLIAMS, 2015).

Williams (2015) cita como exemplos dessa maior autonomia a busca do Brasil, Bolívia, Equador e Venezuela em desenvolver relações com o Irã; o amplo consenso regional em rejeitar a manutenção da suspensão de Cuba da OEA e a divergência com Washington no tratamento da crise em Honduras. A questão de Honduras é algo interessante para se tomar como exemplo da dificuldade dos EUA em manter a coerência entre o discurso e a prática no tratamento com a região, o que acaba por impactar o desenvolvimento de abordagens multilaterais no continente (AYERBE, 2016). Em 2009, o presidente hondurenho, Manuel Zelaya, sofreu um golpe militar, que foi denunciado tanto pelos EUA quanto pelos países latino-americanos, com a invocação da Carta Democrática da OEA para que o país centro-americano fosse suspenso da Organização até que a normalidade democrática fosse retomada.

No entanto, os EUA mudaram o posicionamento acerca da crise hondurenha e passaram a defender a realização de novas eleições sem a restituição de Zelaya ao poder - o que era entendido pelos demais países como algo fundamental (WILLIAMS, 2015). Dessa forma, como argumentado por Ayerbe (2016), a postura dos EUA com relação à crise em Honduras demonstrou que a convergência regional estava subordinada à manutenção dos interesses estratégicos permanentes do país na região.

Além disso, houve a manutenção da política de Guerra às Drogas durante o governo Obama, com a renovação do Plano Colômbia e a divisão da Iniciativa Mérida em dois outros projetos: a Iniciativa de Segurança Regional Centro-Americana (CARSI) e a Iniciativa de Segurança para a Bacia do Caribe (CBSI). No contexto de maior autonomia e busca por seus próprios interesses, os países da região tentaram modificar a política de drogas dos EUA para diminuir os danos sociais e políticos causados nos países, tema que dominou as discussões na Cúpula das Américas de 2012, em Cartagena das Índias (AYERBE, 2016; WILLIAMS, 2015).

Em seu discurso na abertura, o presidente Obama evidenciou que o evento só poderia estar sendo realizado na Colômbia em virtude da cooperação antidrogas com o país e rechaçou os pedidos dos líderes latino-americanos quanto a mudanças na política antidrogas, solicitando maior compartilhamento de responsabilidades:

Eu sei que existem frustrações e pedidos para legalização. Pelo bem da saúde e segurança de nossos cidadãos - todos os nossos cidadãos - os Estados Unidos não irão nessa direção. Aqui em Cartagena, eu espero que possamos focar em responsabilidades mútuas. Como eu tenho dito muitas vezes, os Estados Unidos aceitam a nossa responsabilidade pela violência relacionada às drogas. É por isso que

dedicamos grandes esforços em reduzir o fluxo de dinheiro e armas para essa região [...] E eu prometo a vocês hoje - nós não iremos abandonar nossos esforços (OBAMA, 2012, p. 2, tradução nossa).

A postura com relação ao combate às drogas é um outro exemplo da dificuldade em avançar com novos projetos multilaterais na região, como dito por Ayerbe (2016). De toda forma, novos elementos surgiram no primeiro mandato do presidente Obama, com maiores desdobramentos no seu segundo mandato. Um exemplo disso é o aumento do foco para a sub-região da América do Sul, em virtude das ascensões brasileira e venezuelana - tendo como símbolos o crescimento econômico de ambos os países e suas iniciativas de integração regional, a ALBA Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) - e do crescimento das presenças chinesa e russa na região (PECEQUILO, 2013; WILLIAMS, 2015). Como se vê na Tabela 1, desde 2009 a China já havia se tornado a principal parceira comercial de importantes países da América do Sul.

**Tabela 1.** Posição da China no ranking de comércio com a América Latina por valor (2000-2009)

	Exportações		Importações	
	2000	2009	2000	2009
Argentina	6	4	4	3
Brasil	12	1	11	2
Paraguai	15	15	3	1
Uruguai	4	4	7	3
Chile	5	1	4	2
Colômbia	36	6	9	2
Venezuela	35	2	18	3

**Fonte:** adaptado de León-Manríquez e Alvarez (2014).

Pecequilo (2013) expõe que os EUA, como resposta a esses acontecimentos, reativaram a Quarta Frota da Marinha, visando afastar a China, Rússia e Índia da região; demonstraram preocupação com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), órgão da UNASUL, e aumentaram pressões sobre a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, classificando-a como uma área de risco terrorista. A inabilidade dos EUA em conter a atuação mais proeminente dos países da região, notadamente Brasil e Venezuela, bem como impedir o avanço da China e da Rússia são vistos pela autora como uma demonstração de dificuldade do país em manter os pressupostos da Doutrina Monroe.

As decisões tomadas pelo governo Obama nesse momento coadunam-se com o redirecionamento estratégico dos EUA em direção à Ásia, anunciado em 2011 - o “pivô asiático”. Tal estratégia possuía como objetivo frear o avanço da China na sua região mais próxima, por meio do aumento da influência política e econômica estadunidense através do engajamento com antigos parceiros asiáticos, como o Japão (BULARD, 2014; OLIVEIRA, 2014). O pivô para a Ásia explicita o reconhecimento dos EUA de uma competição estratégica com a China, que havia acabado de se tornar a segunda maior economia do mundo (BBC, 2011).

Ora, mas se o redirecionamento estratégico foi em direção à Ásia, de que maneira isso está relacionado à política externa para a ALC? O surgimento das preocupações com o avanço chinês na região relaciona-se a esse cenário de competição estratégica e demanda um ajustamento dos rumos da política externa estadunidense no segundo mandato de Obama, no qual a China passou a ser encarada como competidora global também na ALC. Isso ocorreu através de uma aproximação com os governos progressistas dispostos a cooperar via fóruns multilaterais, momento em que a Doutrina Obama fica mais evidente na região, ao mesmo tempo em que se adotou pressão política e econômica para coibir excessos de países considerados inimigos, o que evidenciou contradições com a própria Doutrina Obama (MOLL; TEIXEIRA, 2020; AYERBE, 2016).

De fato, entre 2009 e 2016 a China aumentou a sua parcela no comércio com a ALC, saindo de 12% em 2009 e passando a responder por mais de 18% das importações realizadas pela região em 2016. Por outro lado, os EUA permaneceram durante todo o período como a principal fonte de importações da região, entre os 30%, bem como principal destino das exportações regionais, com mais de 40%, conforme pode ser visto na Tabela 2 e Tabela 3 (BANCO MUNDIAL, 2021). Ou seja, existiu um crescimento da participação chinesa no comércio regional, mas isso não significou que os EUA se tornaram irrelevantes na pauta comercial. No entanto, foi justamente para que esse crescimento chinês não fosse continuado e que o cenário de ameaça à hegemonia avançasse até um patamar inevitável que os EUA iniciaram a correção de rumos citada por Moll e Teixeira (2020).

**Tabela 2.** Participação nas importações da América Latina e Caribe em porcentagem (2009-2016)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Estados Unidos</b>	31,66%	30,58%	30,42%	31,10%	30,39%	31,81%	32,25%	32,63%

<b>China</b>	12,38%	14,18%	14,51%	15,27%	16%	16,66%	18,06%	18,19%
--------------	--------	--------	--------	--------	-----	--------	--------	--------

**Fonte:** elaboração do autor com dados do World Integrated Trade Solution (BANCO MUNDIAL, 2021)

**Tabela 3.** Participação nas exportações da América Latina e Caribe em porcentagem (2009-2016)

	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Estados Unidos</b>	36,95%	36,71%	35,27%	36,47%	37,14%	42,63%	45,39%	45,67%
<b>China</b>	6,76%	7,71%	7,95%	7,59%	8,46%	8,53%	8,52%	8,81%

**Fonte:** elaboração do autor com dados do World Integrated Trade Solution (BANCO MUNDIAL, 2021)

Ou seja, esse ajuste de rumos aparece como uma tentativa de solucionar os problemas com a efetiva aplicação da Doutrina Monroe, como Pecequilo (2013) havia sinalizado. Buscou-se evitar o avanço de uma potência extrarregional, a China, ao mesmo tempo em que se continha a emergência de atores intrarregionais, como o Brasil e a Venezuela. De fato, a partir do segundo mandato de Obama os atores regionais emergentes já se encontravam em declínio, em virtude de crises econômicas e políticas, ao passo em que os EUA já haviam retomado a estabilidade econômica e encontrava-se em posição mais favorável para retomar espaços na região (PECEQUILO; FORNER, 2017)

Como exemplo está o apoio do governo estadunidense à Aliança do Pacífico (2012), um bloco econômico focado em comércio e formado por México, Colômbia, Peru, Chile e Costa Rica, entendido como uma alternativa aos acordos de integração latino-americanos focados em aumento da autonomia e projeção externa e o oferecimento de cooperação energética com a Comunidade do Caribe (CARICOM), uma forma de fazer frente à Petrocaribe, iniciativa venezuelana na região. (PECEQUILO; FORNER, 2017; AYERBE, 2016).

Ainda assim, em 2013, o então secretário de Estado americano, John Kerry, anunciou em um discurso na OEA o fim da Doutrina Monroe:

A era da Doutrina Monroe acabou [...] as relações que buscamos e que temos trabalhado duro para incentivar não é sobre uma declaração dos Estados Unidos sobre como e quando ele intervirá nos assuntos de outros Estados americanos. É sobre todos os nossos países verem uns aos outros como iguais, compartilhando

responsabilidades, cooperando em assuntos de segurança e aderindo não a doutrina, mas a decisões que nós tomamos como parceiros para avançar os valores e interesses que compartilhamos (KERRY, 2013, s/p, tradução nossa).

A fala de Kerry, entretanto, continha mais elementos retóricos do que práticos, visto que nenhuma proposta política ou de investimentos foi realmente levada à frente. No entanto, duas ações importantes foram oferecidas como símbolo do fim da Doutrina Monroe: a normalização de relações com Cuba e a reforma na lei de imigração (PECEQUILO; FORNER, 2017).

As relações com Cuba e a política migratória fazem parte do que se chama de assunto *intermestic*, ou seja, que possui um caráter de política internacional e política doméstica. A imigração é caracterizada dessa forma porque existe uma questão de segurança interna, ao mesmo tempo que as leis de controle de imigração afetam também a relação dos EUA com outros países, como o México - e como se verá na seção seguinte, esse será um assunto prioritário para o presidente Trump (PECEQUILO; FORNER, 2017).

Já a questão cubana tornou-se uma pauta constante da política externa dos EUA para a região no período da Guerra Fria, e mesmo com o fim do conflito bipolar o assunto continuou sendo tratado como prioritário para os EUA por conta da influência do *lobby* cubano e da importância que o eleitorado cubano expatriado na Flórida possui nas eleições nacionais. Em razão disso, a pressão dos EUA sobre Cuba não cessou com o fim da Guerra Fria, tendo sido acentuada no governo Clinton com o recrudescimento do embargo e a negação de readmitir Cuba na OEA e permitir sua participação na Cúpula das Américas (PECEQUILO, 2013; CAMPOS; PREVOST, 2019).

A mudança das relações com Cuba foi um ponto central do discurso de Obama na sua última Cúpula das Américas, na Cidade do Panamá em 2015. Nas palavras do presidente, aquela foi “a primeira vez em mais de meio século que todas as nações das Américas se reuniram para decidir nosso futuro juntos” (OBAMA, 2015, p. 1, tradução nossa). Obama também insistiu ao longo de todo seu discurso para que os países pensassem no futuro, com vistas a estabelecer um novo relacionamento cooperativo com os EUA, superando os problemas do passado. Isso está resumido na parte final do seu discurso, quando o presidente diz:

A Guerra Fria acabou há muito tempo. E eu não estou interessado em travar batalhas que, francamente, começaram antes de eu nascer. O que me interessa é resolver problemas, trabalhando com vocês. É isso que os Estados Unidos estão interessados em fazer. É por isso que investimos tanto em nossas relações bilaterais, e é por isso que eu continuarei a investir na criação do tipo de espírito de parceria equânime, de interesse e respeito mútuos sobre os quais eu acredito que o progresso pode avançar (OBAMA, 2015, p. 4, tradução nossa).

A avaliação de Obama era de que a normalização de relações com Cuba removia o principal obstáculo ao antiamericanismo na região, o que enfraquecia a Venezuela chavista, com a qual o governo Obama não adotou a mesma postura de aproximação e manteve sanções contra autoridades do país (AYERBE, 2016). De fato, a partir de 2015 os governos latino-americanos da “Onda Rosa” haviam se enfraquecido, e uma onda conservadora havia tomado conta da região, simbolizada pela vitória de Maurício Macri na Argentina, o *impeachment* de Dilma Rousseff e o aumento da oposição na Venezuela e Equador. Isso permitiu ao governo Obama aumentar a projeção de poder na região, com governos mais propensos a cooperar com os EUA, já que o viés de cooperação Sul-Sul perseguido pelos governos anteriores foi substituído pelo antigo padrão Norte-Sul (PECEQUILO; FORNER, 2017).

Dessa forma, como afirmado por Ayerbe (2020), o presidente Obama deixou uma situação confortável para o seu sucessor, com um cenário de boas relações com o Brasil, o México, o Chile, a Argentina e a Colômbia, governados por presidentes alinhados mais à direita; com a normalização das relações com Cuba e com a Venezuela enfraquecida tanto economicamente quanto por sua agenda internacional. Sendo assim, “tratava-se de um cenário favorável aos interesses dos EUA, abrindo possibilidades para que o próximo presidente avançasse numa agenda de **construção de hegemonia pautada em soft power**” (AYERBE, 2020, p. 13, grifo nosso).

Como se verá na seção seguinte, não foi o que aconteceu. A política externa de Donald Trump rompeu o caminho da Doutrina Obama, que se não havia de fato abandonado a Doutrina Monroe, ao menos se esforçava retoricamente para isso. Já com Trump, houve o abandono de qualquer aspecto de civilidade na relação com a região (CEPIK, 2019).

### 3.3 A Administração Donald Trump (2017-2021)

Donald Trump foi eleito em 2016 após derrotar no colégio eleitoral a candidata democrata Hillary Clinton, ex-secretária de Estado do governo Obama. Os motes da campanha de Trump, “*America First*” e “*Make America Great Again (MAGA)*”<sup>5</sup>, balizaram também a sua política externa: era necessário recuperar a liderança dos EUA ameaçada pelo avanço da China e era preciso colocar os interesses do país em primeiro lugar. O entendimento geral era de que a Doutrina Obama havia favorecido países adversários às custas dos EUA, o que demandava uma mudança.

---

<sup>5</sup> “América (EUA) Primeiro” e “Faça a América Grande de Novo”.

O “*America First*” e o “*MAGA*” simbolizaram a mudança com relação aos princípios retóricos da Doutrina Obama. Se a administração Obama preocupou-se em recuperar a imagem dos EUA valorizando a parceria com os aliados e fortalecendo a resposta conjunta via fóruns multilaterais, o caminho traçado por Trump foi justamente o de diminuir os compromissos com aliados e desvalorizar os órgãos multilaterais. Como primeiro exemplo disso tem-se a saída dos EUA das negociações da Parceria Transpacífico (TPP), o projeto-chave da estratégia do pivô asiático de Obama. O TPP era visto como desvantajoso para a economia estadunidense (PECEQUILO, 2018) - algo que “secundarizava a “América” e a tornava “pequena”.

O presidente Trump expôs essas visões na sua mensagem introdutória à Estratégia de Segurança Nacional (NSS) lançada pelo seu governo em 2017, quando diz que:

Quando eu cheguei ao cargo, [...] potências rivais estavam agressivamente minando os interesses americanos no mundo [...] práticas comerciais injustas haviam enfraquecido a nossa economia e exportador nossos trabalhos para outros países. A divisão desigual de deveres com nossos aliados e os investimentos inadequados na nossa defesa eram um convite àqueles que desejam nos prejudicar [...] quase um ano depois, embora permaneçam sérios desafios, nós estamos traçando um rumo novo e muito diferente (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. 1, tradução nossa)

Além da saída do TPP, o novo rumo traçado por Trump materializou-se em outros eventos importantes, como a saída do Acordo de Paris contra a mudança climática; o rompimento do acordo nuclear com o Irã; a adoção de medidas protecionistas que afetavam os parceiros Canadá e União Europeia, e o início de uma ofensiva contra a China através de uma guerra comercial, calcada no entendimento de que os chineses eram um adversário que precisava ser confrontado de maneira implacável (AYERBE, 2019; CAMPOS, PREVOST, 2020).

Como argumentado por Milani (2020), a política externa de Trump rompeu com o consenso liberal e neoconservador de que a expansão da ordem liberal seria benéfica aos EUA. Existiu o mesmo objetivo de garantir a primazia estadunidense, mas por um outro caminho. Daí decorre o desprezo pelos arranjos multilaterais, a crítica aos grandes acordos de livre-comércio, a preferência por acordos bilaterais nos quais os EUA deveria conseguir o maior número de concessões possíveis dos seus parceiros e o abandono da exportação de democracia - exceto na América Latina, como se verá a seguir (MILANI, 2020; CAMPOS; PREVOST, 2019).

No que diz respeito às relações com a América Latina, o presidente Trump não havia apresentado uma política muito bem definida desde as eleições (CAMPOS; PREVOST, 2019; AYERBE, 2019). No entanto, como indicado por Milani (2020) e Cepik (2020), as relações dos EUA com a região são ligadas ao contexto da estratégia global do país e as mudanças

implementadas por Trump no contexto internacional refletiram em uma política também agressiva e unilateral para a ALC.

Se no contexto global o presidente Trump se retirou do TPP, no contexto regional as críticas foram dirigidas ao NAFTA, com a ameaça do presidente Trump de retirar os EUA do acordo caso uma renegociação dos termos não fosse realizada. A pressão realizada por Trump surtiu efeito e o NAFTA foi substituído pelo Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA, na sigla em inglês), no qual foram conseguidas concessões por parte dos mexicanos e canadenses em aspectos que eram entendidos como prejudiciais aos estadunidenses. O desprezo por fóruns multilaterais também foi demonstrado pela ausência de Trump na Cúpula das Américas de Lima, em 2018, tornando-se a primeira vez que um presidente estadunidense não compareceu ao evento (MILANI, 2020; CAMPOS; PREVOST, 2019; PECEQUILO, 2018).

Outros dois aspectos modificados por Trump foram a política para Cuba e Nicarágua, bem como a política de imigração. Como explicado anteriormente, os dois temas possuem um caráter interno e externo para a política estadunidense. Inicialmente, o ainda candidato Trump possuía uma visão favorável à política de reaproximação com Cuba iniciada pelo governo Obama, mas foi convencido a modificar o posicionamento após uma visita de campanha a Miami. Ao chegar ao poder, Trump reverteu o processo iniciado por seu antecessor e reintroduziu uma série de empecilhos a viagens e remessas de dinheiro à ilha, ao passo que aumentou as pressões para sufocar economicamente o país (CAMPOS; PREVOST, 2019).

Se na Cúpula das Américas de 2015 Obama exortou os demais países a olhar para o futuro e esquecer antigas práticas da Guerra Fria, com Trump a retórica do conflito bipolar foi estabelecida com toda força. Além de Cuba, a Nicarágua, governada pelo sandinista Daniel Ortega, também passou a ser caracterizada como uma ditadura, ao lado também da Venezuela de Nicolás Maduro. A mudança de regime na Venezuela, inclusive, foi o cerne da política externa trumpista para a região (AYERBE, 2019; CEPIK, 2019). Os três países foram chamados pelo então conselheiro de segurança nacional de Trump, John Bolton, como a “Troika da tirania”. Nas palavras de Bolton,

Esta Troika da Tirania, este triângulo de terror que se estende de Havana a Caracas e a Manágua, é a causa do imenso sofrimento humano, o ímpeto da enorme instabilidade regional e a gênese de um berço sórdido do comunismo no hemisfério ocidental. Sob o presidente Trump, os Estados Unidos estão tomando uma ação direta contra todos esses três regimes para defender o Estado de direito, a liberdade e a decência humana básica na nossa região (BOLTON, 2018, s/p, tradução nossa).

Para Obama a superação do período da Guerra Fria foi buscado por meio de uma distensão e coexistência com os regimes diversos, mas para Trump o contexto foi entendido

como uma oportunidade para eliminar por completo os adversários regionais, sem a possibilidade de convivência com as formas de governo plurais da região. Como explicitado por Ayerbe (2019, p. 234, tradução nossa):

Esboça-se na política para a América Latina uma reação de ajuste de contas com o passado, uma espécie de revanche contra as experiências emblemáticas da Guerra Fria, como as revoluções cubana e sandinista, ou contra aquelas que reivindicam essa trajetória, como o bolivarianismo venezuelano.

Já com relação à política de imigração, Trump assumiu uma postura absolutamente insensível e de culpabilização dos outros países, especialmente o México - o grande projeto trumpista para a questão, inclusive, era o de criar um muro ao longo de toda fronteira com o país. A forma com que a questão migratória foi instrumentalizada por Trump aparece também na NSS-2017 (p. 1, tradução nossa), quando o presidente diz que antes da sua chegada ao cargo “fronteiras porosas e leis de imigração inaplicadas criaram uma série de vulnerabilidades. Cartéis criminosos estavam trazendo drogas e perigo para dentro de nossas comunidades”. Ainda que esse não tenha sido um tema decisivo para a eleição, ele foi importante para mobilizar uma parcela de trabalhadores brancos para os quais a questão das drogas era um problema grave (CAMPOS; PREVOST, 2019; PECEQUILO, 2018; MILANI, 2020).

Além do muro na fronteira com o México, Trump também ameaçou fechar completamente a fronteira com o país, anunciou a pretensão de não renovar a permissão de 76% de imigrantes com status temporário e expulsá-los, aumentou o efetivo de guardas de fronteira e estabeleceu a política de separação de crianças e pais nos centros para imigrantes (CEPIK, 2019).

Mais do que o restabelecimento da lógica da Guerra Fria, a administração Trump também reintroduziu um outro aspecto que havia sido declarado como superado pela administração Obama: a Doutrina Monroe. Cinco anos após a declaração de John Kerry, o secretário de Estado de Donald Trump, Rex Tillerson, afirmou que a Doutrina Monroe era ainda mais relevante naquele momento do que quando foi declarada no século XIX. Nas palavras de Tillerson (2018, s/p, tradução nossa, apud AYERBE, 2019, p. 229): “foi um compromisso importante na época, e penso que ao longo dos anos continuou como marco da relação [...] então acredito que é tão relevante como foi no dia em que foi escrito”.

O secretário Tillerson acabou sendo demitido pelo presidente Trump numa reforma da equipe de política externa para a ALC que envolveu Mike Pompeo para o cargo de secretário de Estado e John Bolton como conselheiro de segurança nacional. Essa troca simbolizou a preferência por quadros mais conservadores do Partido Republicano, de funcionários da área

de segurança e inteligência - Pompeo é membro do movimento Tea Party<sup>6</sup> e era ex-diretor da Agência Central de Inteligência – *Central Intelligence Agency* (CIA). As mudanças envolveram também outros nomes e instituições, conforme se vê no Quadro 4 (CEPIK, 2019; MILANI, 2020).

**Quadro 4.** Funcionários nomeados por Donald Trump para funções relacionadas à América Latina

<b>Nomeado (a)</b>	<b>Perfil</b>	<b>Função</b>
Mauricio Claver-Carone	Anticastroista	Diretor de assuntos hemisféricos do Conselho de Segurança Nacional Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
Carlos Trujillo	Anticastroista	Embaixador na OEA.
Kimberly Breier	Carreira no setor de inteligência.	Secretária de Estado assistente para o Hemisfério Ocidental.
Elliott Abrams	Responsável pela PEX para a ALC no governo Reagan e da PEX para o Oriente Médio no governo W. Bush.	Representante especial do presidente para a Venezuela.

**Fonte:** elaboração do autor, com base em Milani (2020) e Cepik (2019).

Ou seja, embora anunciado por Rex Tillerson, coube à equipe de Pompeo e Bolton colocar em prática o retorno da Doutrina Monroe com as modificações realizadas pelo presidente Trump, as quais Cepik (2019, p. 248) se refere como “Corolário Trump”. Segundo o autor tal Corolário era composto por uma retórica anticomunista, valores sociais neofascistas e interesses patrimoniais e tecnocráticos, nos quais até mesmo os governos aliados eram coagidos a realizar concessões econômicas e políticas unilaterais.

<sup>6</sup> O Tea Party, ou “Partido do Chá”, conforme explicado por Pecequillo (2018, p. 350), é um movimento que “inseriu-se instrumentalmente no Partido Republicano, com uma agenda libertária, religiosa, antigoverno, antissistema, contra o aborto, contra a ampliação de direitos civis, gênero e raça, pró-armas, isolacionista e belicista (caso necessário)”.



<b>EUA</b>	32,15%	32,62%	32,43%	32,49%	44,43%	44,67%	44,88%	49,29%
<b>China</b>	18,13%	18,63%	18,85%	20,24%	10,07%	12,12%	12,48%	11,40%

**Fonte:** elaboração do autor com dados do SIGCI (CEPAL, 2021).

No entanto, existiu uma contradição entre o discurso de Trump e a prática do governo. Embora a China fosse considerada uma ameaça à hegemonia estadunidense na região, os mecanismos disponíveis para atuar e contrapor os chineses não foram devidamente empregados. A concertação multilateral por meio da Cúpula das Américas foi abandonada, o que dificultou a criação de um consenso regional anti-China. Além disso, os recursos governamentais do Departamento de Estado voltados para a região foram alvo de sucessivos cortes e as promessas de investimento com recursos do Departamento de Defesa não se concretizaram (AYERBE, 2019; MILANI, 2020).

Ou seja, tal como durante a administração Obama, existiu uma dificuldade dos EUA em colocar em prática as promessas de discurso. A diferença é que o presidente Obama adotava uma retórica de disposição a cooperar com os países latino-americanos, além de um esforço para considerá-los como parceiros em pé de igualdade. Já o presidente Trump adotou uma postura agressiva e de ação unilateral, sem qualquer problema em assumir a visão de que os países latino-americanos eram subordinados. Essa postura demonstrou que os EUA ainda possuíam uma alta capacidade de pressionar os países opositores por meio de sanções e asfixia econômica, como foi feito com a “Troika da tirania”. O aumento das pressões sobre a Venezuela e a acentuação da crise no país, inclusive, foram capazes de paralisar e esvaziar as organizações regionais autonomistas, como a Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a UNASUL e a ALBA (AYERBE, 2019; CEPIK, 2019) – o que era um objetivo do governo Obama.

Por outro lado, tal postura também prejudicou o objetivo do governo de hostilizar a China na região, inclusive entre países aliados. O comportamento recorrente dos EUA de que seus parceiros adotassem posturas unilaterais e que muitas vezes atendiam mais aos interesses estadunidenses do que mútuos pode ser entendido como uma justificativa para isso. Sem o oferecimento de contrapartidas concretas e com a demonstração de desprezo pelas alianças, o rechaço completo à China se tornou difícil. Como bem explicado por Ayerbe (2019, p. 238, tradução nossa):

No ensaio monroísta de Trump, os contrapontos entre discurso e realidade demarcam o escopo das relações com a América Latina. As retóricas inflamadas em tom de Guerra Fria pretendem erigir inimigos e ameaças, sem a correspondente disponibilização de recursos para o exercício da política externa, que se pretende

compensar com a convocação de aliados dispostos a assumir os custos de um protagonismo incerto.

Embora com danos ao *soft power* regional, no fim a política externa de Trump logrou, ao menos, reafirmar a hegemonia estadunidense frente às potências intrarregionais na ALC, com os projetos autonomistas regionais sendo enfraquecidos, quando não praticamente finalizados como no caso da UNASUL. A derrota de Trump na eleição de 2020 deixou a difícil missão de conter a China para o presidente democrata Joe Biden. No próximo capítulo será analisada a política externa da China para a região, os padrões históricos aplicados no relacionamento do país com a ALC e quais os principais projetos e aspectos presentes na relação contemporânea entre os chineses e latino-americanos.

#### 4 A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

A ascensão chinesa no cenário global é um fenômeno que tem chamado especial atenção dada a maneira rápida com que aconteceu e o contexto no qual aconteceu: um cenário de crises e instabilidade para a hegemonia estadunidense, o que suscitou os debates sobre uma possível transição hegemônica de um mundo liderado pelos EUA para outro liderado pela China.

Como já exposto anteriormente, a posição defendida aqui é a de que o momento atual não se caracteriza como uma transição de hegemonia, mas sim como uma competição hegemônica, protagonizada por ambos os países. Também como visto nos capítulos anteriores, a América Latina e o Caribe encontram-se inseridos nesse contexto de competição entre as duas potências, ainda que concretamente a hegemonia estadunidense também não esteja sequer próxima de ser desbancada na região – e tampouco seja algo buscado pelos chineses.

Tratadas as raízes históricas das relações dos EUA com a ALC, juntamente com o período histórico mais recente das administrações Obama e Trump, cabe agora nos debruçarmos sobre como se dão as relações entre chineses e latino-americanos. Neste capítulo busca-se realizar um histórico das relações sino-latino-americanas e caribenhas, perpassando brevemente o período da Guerra Fria, marcado pela liderança do presidente Mao Zedong e a consolidação da República Popular da China (RPC), proclamada em 1949. Neste período destaca-se especialmente os “Cinco Princípios da Convivência Pacífica” (ZHANG, 2011, p. 67), que até a atualidade são considerados pelos *policymakers* chineses como norteadores da PEX do país. Os anos finais do governo do grande timoneiro<sup>7</sup> foram também o momento em que a RPC normalizou suas relações com os EUA, o que abriu espaço para que os países da ALC estabelecessem relações diplomáticas com Pequim (JIANG, 2008; ZHANG, 2011).

Em seguida, dedicamo-nos a sintetizar o período do governo do presidente Deng Xiaoping, que inaugurou a fase de reformas e abertura da RPC e a adoção do modelo de socialismo de mercado. Se o período do presidente Mao deixou como legado os Cinco Princípios, a era de Deng Xiaoping teve como marca a estratégia de PEX de baixo perfil – “*Keeping Low Profile*” (KLP) –, com a qual se buscava focar nos assuntos domésticos e evitar a liderança e o forte engajamento em assuntos de temática global (JIANG, 2008; MONTENEGRO, 2019, p. 308; ZHU, 2016). Essa visão de PEX prevaleceu praticamente inalterada do período de Deng até o governo de Hu Jintao, quando seu sucessor, Xi Jinping,

---

<sup>7</sup> Mao Zedong recebeu o apelido de “o grande timoneiro” da China, fato que se consagrou especialmente nos anos da Revolução Cultural (1966-1976). Embora essa alcunha tenha se associado à sua imagem, outros líderes chineses também receberam esse mesmo tratamento, como o líder da China nacionalista, Chiang Kai-shek (QIAN, 2020).

passa a adotar uma estratégia de política externa mais assertiva e de busca por resultados – *Striving for Achievement (SFA)* – (MONTENEGRO, 2019, p. 308).

Por fim, dedica-se à discussão sobre o período de governo do presidente Xi Jinping e os principais pontos da PEX do seu governo para a ALC. Busca-se a partir das informações e dos dados, embasar o argumento de porque a China não procura ameaçar a hegemonia estadunidense na região, ao mesmo tempo em que se evidencia que os interesses chineses no subcontinente latino-americano não se resumem a aspectos puramente econômicos, envolvendo também questões geopolíticas e de ordem interna, como assegurar a política de uma só China e a manutenção do regime político sob liderança do Partido Comunista da China (PCCh) (EISENMAN; HEGINBOTHAM, 2020; MYERS, 2015).

#### **4.1 Da Revolução à Reforma e Abertura: os anos Mao Zedong e Deng Xiaoping**

Como uma civilização milenar, a China possui uma história ancestral muito vasta, com um pensamento filosófico e político desenvolvido ainda nos 700 a.C, como demonstrado por Yan (2014). Da mesma maneira, o Estado chinês também possui uma formação unificada que remonta a 221 a.C, quando os Qin se estabeleceram como a primeira dinastia da antiga China após o período dos Estados Combatentes (YAN, 2014; KISSINGER, 2011). Ainda que essa primeira unificação não possa ser comparada ao que se entende hoje como um Estado-nação, serve para ilustrar como já há bastante tempo existe uma noção de organização política da China.

Essas breves considerações acerca da história antiga da China servem para demonstrar que já há bastante tempo existiram contatos e relações entre o que se entende hoje por “China” e por “América Latina”. Como exposto por Jiang (2008), é possível traçar contatos entre a China e a ALC nos anos 1570, através do comércio de seda, porcelana e algodão com o que hoje conhecemos como o México e o Peru. Já no século XIX<sup>8</sup>, uma grande leva de chineses chegaram à América do Sul para trabalharem na mineração e na agricultura (JIANG, 2008).

Apesar dos contatos entre a China e a ALC existirem desde tempos tão remotos, as duas regiões permaneceram distantes durante muito tempo, voltando a existir um forte interesse no desenvolvimento de relações duradouras apenas no início do século XXI, como trazido por Jiang (2008). Tal falta de interesse, como explicado por Zhang (2011), está relacionado tanto à própria distância geográfica entre as duas regiões, dificultada pela inexistência de meios de

---

<sup>8</sup> Sobre essa questão, é interessante conferir a obra “A China e os Chins: recordações de viagem”, de Henrique Carlos Ribeiro Lisboa (2016). O livro traz relatos do diplomata acerca da missão que o Império do Brasil enviou à China em 1880, com o objetivo de estabelecer parcerias políticas e firmar acordos comerciais.

transporte e comunicação que encurtassem esse espaço, quanto pelas diferenças de organização social e de tradições culturais entre as duas civilizações.

Alia-se a isso também a tradição de política externa chinesa de alternância entre longos momentos de isolamento com períodos específicos de interação com o mundo exterior (MONTENEGRO, 2019). Isso se deve ao fato de que existia no Império Chinês o entendimento de um excepcionalismo da civilização chinesa, mas cujo efeito prático de atuação na política externa foi oposto ao de países ocidentais. Tomemos o exemplo dos EUA: como visto no capítulo anterior, também existe uma ideia de excepcionalismo na civilização estadunidense, simbolizada pelo Destino Manifesto, cujo reflexo foi a exportação do seu modelo de democracia liberal para outros países. No caso chinês, ao invés de assumir a missão de exportar seus valores, entendia-se que eram os demais países que deveriam buscá-los na China. Isso é bem explicado por Kissinger (2011, p. 37) na seguinte passagem:

Os imperadores chineses sentiam que não era prático pensar em influenciar países que a natureza tivera a infelicidade de situar a tão grandes distâncias da China. Na versão chinesa do excepcionalismo, a China não exportava suas ideias, mas deixava que os outros viessem buscá-las. Povos vizinhos, acreditavam os chineses, se beneficiavam do contato com a China e a civilização, desde que reconhecessem a soberania do governo chinês. Se não, eram bárbaros. A subserviência ao imperador e a observância de rituais imperiais eram o cerne da cultura.

O isolamento completo da China só foi rompido no século XVII, com a formalização de tratados de delimitação de fronteiras com o Império Russo. Ainda assim, a resistência em estabelecer relações com países estrangeiros ocasionou as chamadas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860), nas quais a China foi derrotada por potências ocidentais e estabeleceu uma série de tratados que ficaram conhecidos como “Tratados Desiguais” – os quais fizeram com que o século XIX ficasse conhecido como o “século da humilhação” para os chineses (MONTENEGRO, 2019).

Esses acontecimentos levaram ao fim do Império Chinês no início do século XX, ao que seguiu um período republicano no qual grupos nacionalistas e comunistas disputaram o poder entre si, culminando com a vitória destes e a proclamação da República Popular da China (RPC) por Mao Zedong em 1949, no território continental. Os nacionalistas do Kuomintang (KMT), liderados por Chiang Kai-shek, se refugiaram na ilha de Taiwan e basearam ali o governo da antiga República da China (RC), reivindicando serem os legítimos representantes do governo. Essa disputa por reconhecimento internacional foi a marca do relacionamento da China com a ALC durante o período da Guerra Fria.

Como explicado por Wise e Chonn Ching (2018), durante o período que vai de 1949 a 1979, as relações da China com a ALC foram pautadas principalmente pela política do que pela

economia – uma diferença com o padrão que se tem atualmente. Naquele momento, o essencial para a RPC era obter reconhecimento diplomático e isolar Taiwan internacionalmente, e era importante conseguir o apoio dos países da ALC para isso. Para tal, a RPC adotou um discurso de solidariedade anticolonialista e anti-imperialista para se aproximar dos países do então Terceiro Mundo, pregando a necessidade de libertação da opressão provocada pelas potências e apoiando movimentos revolucionários (MONTENEGRO, 2019; WISE; CHONN CHING, 2018).

No caso da ALC, essa retórica se dirigia especialmente à hegemonia dos EUA na região, mas passou a abarcar também a URSS após a cisma sino-soviética. O objetivo era reunir os países do Terceiro Mundo num bloco independente dos EUA e da URSS para impedir que um novo conflito mundial surgisse entre as duas superpotências (JIANG, 2008). Como dito por Xiang (2008, p. 46, tradução nossa), nos anos de Mao o pensamento era de que

A política sino-latino-americana era baseada na ideia de que os Estados Unidos e a União Soviética sempre lutariam sobre esferas de influência da Europa à América Latina, Ásia e África. Também se acreditava que a melhor chance de minar a influência das duas superpotências estava nos movimentos revolucionários ou de libertação nacional em vastas áreas do mundo em desenvolvimento.

A busca por essa aproximação com os países do Terceiro Mundo, no qual incluía-se os países da ALC, pode ser simbolizada pelos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”. Tais princípios foram propostos pelo premiê Zhou Enlai numa visita à Índia, em 1954, para negociar questões relativas à região tibetana compartilhada pelos dois países. Os Cinco Princípios apareceram pela primeira vez no discurso de Zhou durante as negociações com os indianos, como trazido por Zhang (2011, p. 67, tradução nossa):

Imediatamente após seu nascimento, a Nova China estabeleceu seus princípios para lidar com suas relações com a Índia, a saber: respeito mútuo pela integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos uns dos outros, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica.

Os Cinco Princípios acabaram por servir de base para os Dez Princípios adotados na Conferência de Bandung em 1955, um marco do movimento não-alinhado, e tornaram-se o guia das relações da China com países de diferentes sistemas políticos e sociais. Os princípios também passaram a ser incorporados a outros acordos e documentos bilaterais da RPC com outros países (ZHANG, 2011).

Apesar disso, os EUA exerceram pressão sobre os países da ALC para que não se reconhecesse o governo da RPC e se seguisse a política do país de reconhecer o governo de Taiwan (JIANG, 2008). O primeiro país da ALC a reconhecer a RPC foi Cuba, após a revolução comunista de 1959, sendo seguida pelo Chile de Salvador Allende nos anos 1970, o que fez o

país ser o primeiro da América do Sul a reconhecer o governo de Pequim (JIANG, 2008; ZHANG, 2011; WISE, CHONN CHING, 2018).

Como se vê, durante esse período a China enfrentou uma dificuldade muito grande em atingir seus objetivos de PEX com a ALC, falhando no mais essencial que era o fato de estabelecer relações diplomáticas com os países da região. Somente a partir dos anos 1970, com a reaproximação com os EUA iniciada por Nixon e Kissinger e a posterior admissão da RPC na ONU é que o cenário começou a mudar: a China abandonou a política de apoiar movimentos revolucionários internacionalmente e os países latino-americanos seguiram o exemplo dos EUA e começaram a normalizar suas relações com Pequim (XIANG, 2008; ZHANG, 2011).

Um marco simbólico dessa mudança de posição com relação à RPC na ALC foi a defesa enfática, em 1971, do então presidente mexicano, Luis Echeverría, à entrada da RPC na ONU e a expulsão de Taiwan do órgão. Na esteira desses acontecimentos, Brasil, Argentina, Chile, México e Peru estabeleceram relações diplomáticas com a RPC em 1974 – cinco anos antes da abertura da embaixada estadunidense em Pequim (ZHANG, 2011; WISE, CHONN CHING, 2018).

A morte de Mao em 1978 e a ascensão de Deng Xiaoping abriu um novo momento para as políticas interna e externa da China. O movimento de reformas e abertura iniciado por Deng tornou a China mais próxima da ALC e introduziu o padrão de relações que permanece até hoje, com um foco maior em assuntos de natureza econômica (XIANG, 2008; ZHU, 2016).

As reformas econômicas empreendidas pelo governo chinês elevaram o seu padrão de crescimento, o que significou também um aumento de demanda por matérias-primas, notadamente as de cunho energético, como petróleo e minérios. A volatilidade no fornecimento desses recursos pelos países do Oriente Médio levaram a China a buscá-los em outras regiões, como a África, a América Latina e sua própria periferia na Ásia. Nesse período a China pôs em prática a sua “diplomacia energética”, com a qual visava garantir sua segurança energética para cumprir o objetivo de duplicar a economia até 2020 (ZHU, 2016; WISE; CHONN CHING, 2018; TOKATLIAN, 2008).

Deng Xiaoping também foi o primeiro chefe de Estado da China a visitar a ALC, fato que ocorreu em 1985. O presidente chinês firmou acordos com Colômbia, Brasil, Argentina e Venezuela nas áreas de cooperação política, economia, comércio, ciência e tecnologia, cultura e finanças. Na visita, o presidente também propôs como diretrizes para as relações com os países latino-americanos a paz e a amizade, o apoio mútuo, a igualdade e benefícios mútuos e a obtenção de progresso comum (ZHANG, 2011).

Os protestos na Praça da Paz Celestial em 1989 e a repressão realizada pelo governo chinês iniciaram uma onda de sanções contra o país lideradas pelos EUA. Para tentar contornar esse isolamento, Deng Xiaoping iniciou mudanças na política externa do país, buscando uma política de boa-vizinhança com os vizinhos asiáticos, adoção de um maior pragmatismo e foco em questões econômicas, com o conseqüente abandono dos aspectos ideológicos presentes na PEX maoísta (ZHU, 2016; CHONN CHING, 2018; JIANG, 2008).

A postura adotada pela PEX no período de Deng pode ser resumida em seis pontos centrais propostos pelo presidente: “[...] observar os eventos mundiais com uma mente calma, permanecer firme, confrontar as dificuldades com confiança, manter um baixo perfil, nunca assumir um papel de liderança e tomar providências.” (JIANG, 2008, p. 31, tradução nossa).

Esses pontos são o que definem a estratégia chinesa de manutenção de baixo perfil (*keeping low profile – KLP*), que continuou sendo seguida pelos sucessores de Deng, Jiang Zemin e Hu Jintao, sendo gradativamente abandonada após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e a crise financeira de 2008, quando se passou a exigir que a China assumisse mais responsabilidades no cenário internacional (MONTENEGRO, 2019).

O ambiente de reformas econômicas e instabilidade política interna contribuíram para que o interesse da China sobre a ALC aumentasse naquele período. Os chineses passaram a estudar atentamente a experiência latino-americana de industrialização e desenvolvimento, a fim de aprenderem o que funcionou e evitar o caminho de crise no qual os países latino-americanos se envolveram nos anos 1980. Além disso, a vontade de aliar a adoção de medidas econômicas liberalizantes com a manutenção da estabilidade política atraiu a atenção do governo chinês para o exemplo da ditadura Pinochet no Chile, que havia feito exatamente isso. A derrocada do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que governou o México por setenta anos, também serviu como exemplo para os chineses de como evitar que ocorresse o mesmo com o PCCh (XIANG, 2008; MYERS, 2015).

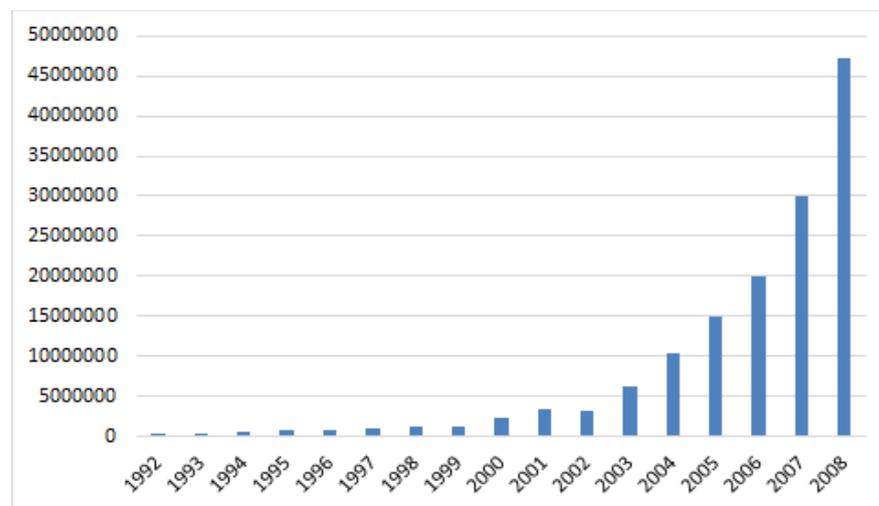
#### **4.2 As relações sino-latino-americanas na primeira década do século XXI**

Já sob a liderança de Jiang Zemin, nos anos 1990, algumas modificações no movimento de reformas de Deng foram realizadas. A China passou a adotar a estratégia de “*going out*”, ao invés da antiga estratégia “*bringing in*” perseguida no governo Deng, na qual se buscava atrair investimentos estrangeiros para as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). A estratégia *going out*, implementada em 1999, buscava exportar bens e serviços chineses e incentivar o desenvolvimento das empresas multinacionais do país. Buscou-se também promover a imagem da China como um país amigável e responsável nas relações internacionais, a fim de conquistar

novos mercados para os produtos chineses e diversificar parcerias (ZHU, 2016; CHONN CHING, 2018; MYERS, 2015; EISENMAN; HEGINBOTHAM, 2020).

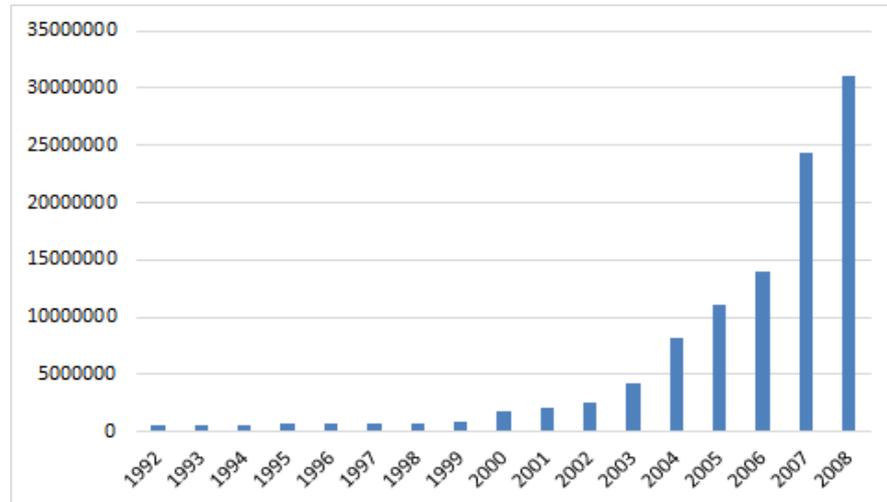
Após a entrada da China na OMC em 2001 e as mudanças de política interna que promoveram um incremento da indústria pesada, cresceu-se a demanda por produtos como minério de ferro, aço e cobre, ao passo que o rápido processo de urbanização também aumentou a demanda por produtos agrícolas como a soja e a carne. Além da própria demanda por recursos, o comércio de *commodities* com a ALC buscou também atender os objetivos de utilizar as enormes reservas acumuladas de dólar pelo país, empregar as empresas multinacionais de petróleo, avançar no desenvolvimento de novas tecnologias e promover gradativamente a internacionalização do Renminbi (FERCHEN, 2011; MYERS, 2015). Como é possível ver nos Gráficos 1 e 2, respectivamente, houve um aumento exponencial no comércio de matérias-primas e minério entre a China e a América Latina no período entre 1992 e 2008.

**Gráfico 1.** Importação chinesa de matérias-primas da América Latina em milhares de dólares (1992-2008)



**Fonte:** elaboração do autor com dados do World Integrated Trade Solution (BANCO MUNDIAL, 2021).

**Gráfico 2.** Importação chinesa de metais e minérios da América Latina em milhares de dólares (1992-2008)



**Fonte:** elaboração do autor com dados do World Integrated Trade Solution (BANCO MUNDIAL, 2021).

Essa explosão de demanda chinesa favoreceu largamente os países latino-americanos, que aumentaram a exportação de commodities para a China e aproveitaram o aumento do preço desses produtos, iniciando um período que Svampa e Slipak (2015, p. 49, tradução nossa) denominam “Consenso dos Commodities”. Segundo os autores, o Consenso dos Commodities:

Parte do reconhecimento de que, diferentemente dos anos 1990, as economias latino-americanas se viram enormemente favorecidas pelos altos preços internacionais dos produtos primários (*commodities*). Nesta conjuntura favorável, a totalidade dos governos latino-americanos tenderam a salientar as vantagens comparativas do *boom* dos *commodities*, negando ou minimizando as novas desigualdades e assimetrias ambientais, econômicas, sociais que trazia tal divisão internacional e territorial do trabalho, baseada na exportação de matérias-primas em larga escala.

Para além disso, durante sua presidência, Jiang Zemin realizou visitas ao México em 1997, e ao Chile, Argentina, Uruguai, Cuba, Venezuela e Brasil em 2001. Durante a sua liderança a China também iniciou um outro fato que se tornou comum na sua relação com outros países em desenvolvimento: a pactuação de parcerias estratégicas. O Brasil foi o primeiro país a formalizar uma parceria estratégica com a China, em 1993, o qual foi seguido por México, Argentina e Peru, e pela “parceria estratégica para futuro desenvolvimento comum” com a Venezuela e a “parceria estratégica para desenvolvimento comum” com o Chile (ZHANG, 2011, p. 99, tradução nossa; XIE; LI, 2021).

Por fim, foi nesse período que a China também iniciou sua aproximação com as organizações internacionais da ALC. Em 1991 a RPC tornou-se membro observador do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); em 1993 tornou-se observador da Associação Latino-americana de Integração (ALADI) e em 2000 tornou-se observador da OEA e da

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL (ZHANG, 2011; HIRST, 2008).

As relações da China com a ALC durante a gestão de Hu Jintao continuaram a seguir os padrões estabelecidos por seus antecessores, mas com a complexificação e aprofundamento desses laços. Como visto no capítulo anterior, foi durante a presidência de Hu que a China consolidou a sua posição como principal parceiro comercial de vários países da região, ao passo em que o crescimento da atuação chinesa passou a chamar mais a atenção de Washington para as intenções chinesas no hemisfério (LEÓN-MANRÍQUEZ; ÁLVAREZ, 2014; TOKATLIAN, 2008).

A PEX chinesa também passou por uma maior complexificação e diversificação, com a inclusão de mais atores participantes além do Ministério Negócios Estrangeiros, como as empresas estatais – notadamente as estatais petroleiras –, empresários, bancos públicos, governos locais e os próprios indivíduos. Os instrumentos de política externa também se tornaram mais diversificados, envolvendo não apenas comércio e investimentos, mas também ajuda externa, cooperação partidária, difusão de conteúdo de mídia – por meio da agência de notícias Xinhua e a rede televisiva CCTV – e promoção da cultura e língua chinesas por meio dos Institutos Confúcio (ZHU, 2016; MONTENEGRO, 2019; MYERS, 2015, EISENMAN, HEGINBOTHAM, 2020).

De forma a amenizar as preocupações acerca do crescimento chinês, a diplomacia chinesa passou a promover a ideia de “desenvolvimento pacífico” (ZHU, 2016, p. 13, tradução nossa), visando projetar uma imagem da China como um país que buscava desenvolver sua economia e comércio valendo-se dos meios diplomáticos e culturais, sem recorrer ao militarismo, enquanto garantia relações mutuamente benéficas para os seus parceiros. Em decorrência disso, a China tornou-se mais transparente na execução da sua política externa, com a publicação de livros brancos e realização de exercícios militares conjuntos com o objetivo de aplacar as preocupações com o fator militar. Justamente nesse período ocorreu a publicação da primeira edição do *Policy Paper* sobre a América Latina e o Caribe, em 2008 (ZHU, 2016; ZHANG, 2011).

Com os países em desenvolvimento, como os latino-americanos, a China passou a incentivar cada vez mais a ideia de cooperação Sul-Sul, colocando-se também como um país do Sul global e com interesses comuns com esses outros países. A China procurou trazer para si o perfil de líder dos países em desenvolvimento e apoiadora das demandas desses países por maior democratização dos fóruns internacionais como a ONU, o FMI e o BM – ainda que exista um abismo em termos de capacidades militares e econômicas entre o Estado chinês e os países

da ALC (EISENMAN; HEGINBOTHAM, 2020; MYERS, 2015; TOKATLIAN, 2008). Esses aspectos aparecem claramente no discurso de Hu Jintao no Congresso Nacional brasileiro durante uma visita aos países latino-americanos em 2004:

A China mantém a política externa independente de paz com o objetivo de manter a paz mundial e promover o desenvolvimento comum. Fortalecer a solidariedade e a cooperação com outros países em desenvolvimento é um princípio básico subjacente à política externa da China. A China é, como sempre, o bom amigo e parceiro de outros países em desenvolvimento no mundo e permanecerá para sempre ao lado dos países em desenvolvimento. [...] A China e a América Latina estão geograficamente distantes uma da outra, mas desfrutam de uma longa história de contato amigável. Temos experiências semelhantes de luta pela libertação nacional, proteção da independência nacional e construção de nossas próprias causas nacionais, o que nos permite manter sentimentos interligados e a mesma linguagem em muitas questões importantes e nos tornar bons amigos " mesmo estando a milhares de quilômetros de distância". A China atribui grande importância ao papel positivo dos países da América Latina e do Caribe na manutenção da paz mundial e na promoção do desenvolvimento comum e espera sinceramente fortalecer a cooperação abrangente em múltiplos setores com esses países e construir relações amistosas estáveis a longo prazo para enriquecer e impulsionar a cooperação Sul-Sul (HU, 2004, s/p, tradução nossa).

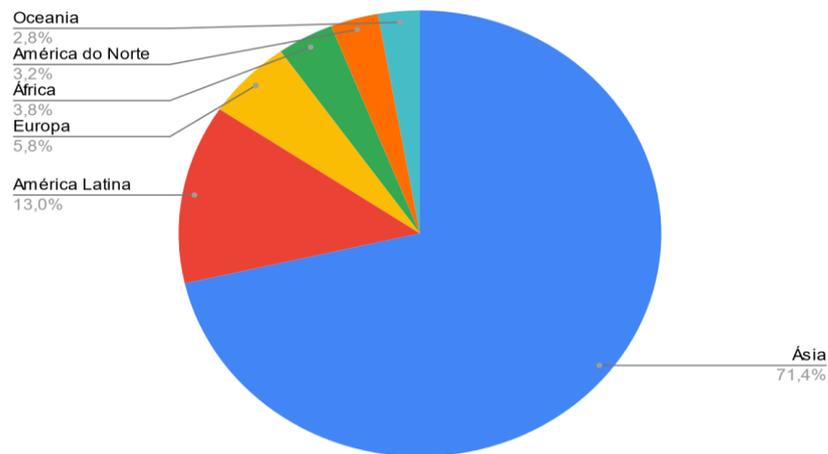
Durante a mesma ocasião, o presidente Hu definiu três objetivos a serem alcançados para a relação com a ALC: fortalecer o diálogo político e a cooperação internacional; aumentar o comércio bilateral e construir novas maneiras para se alcançar uma relação mutuamente benéfica e intensificar os intercâmbios culturais para aprimorar o diálogo entre as duas civilizações (HU, 2004). Sob essa plataforma de cooperação, além dos objetivos de PEX já expostos anteriormente, a China buscava também contar com o apoio dos países latino-americanos e caribenhos para o reconhecimento do seu status de economia de mercado na OMC. Em 2005 a RPC conseguiu com que Argentina, Brasil, Chile, Peru, Antígua e Barbuda, Barbados, Guiana, Jamaica, Trinidad e Tobago, Suriname e Venezuela a reconhecessem como uma economia de mercado, enquanto que em 2008 e 2009 a Costa Rica e o Uruguai, respectivamente, fizeram tal reconhecimento (MYERS, 2015).

Entretanto, o México evidenciava resistência a reconhecer esse status à China, pois o país perdeu a vantagem comparativa que possuía ao exportar os seus produtos manufaturados das maquiladoras para os EUA. O baixo preço dos produtos chineses prejudicou as exportações do México, que diferente de países como o Brasil e Argentina, não possui uma relação comercial benéfica com a China (MYERS, 2015; WISE; CHONN CHING, 2020).

Além do aumento do volume de comércio de *commodities*, a presença chinesa na ALC deu-se também através do crescimento de investimentos na região. Segundo dados da CEPAL (2012, p. 7), ao final de 2012 a ALC era o segundo destino dos investimentos externos chineses, com 13% do total. Como pode ser visto no Gráfico 3, a maior parte dos investimentos da China

concentram-se na sua vizinhança asiática, o que evidencia o mesmo padrão visualizado anteriormente com o comércio: a China ocupa um espaço de relevância muito maior para os países da ALC do que o contrário.

**Gráfico 3.** China: estoque de investimento estrangeiro direto por região, final de 2011 (porcentagem)



**Fonte:** adaptado de CEPAL (2013).

Como indicado por Svampa e Slipak (2015), a maioria dos investimentos chineses concentra-se no setor relacionado às *commodities*, visto que esse é o principal interesse da China com a região (TOKATLIAN, 2008; VADELL, 2019). Os dados das Tabela 4, localizada na página 47, e da Tabela 5 a seguir, trazem o investimento de empresas chinesas do setor de petróleo e mineração na ALC, respectivamente, confirmando o interesse chinês nos recursos naturais energéticos da região e o peso que essas empresas estatais passaram a desempenhar na PEX chinesa, conforme pontuaram Montenegro (2018) e Hirst (2008).

**Tabela 5.** Maiores investimentos de empresas petrolíferas chinesas na América Latina, 1994-2010 (em milhões de dólares)

<b>Empresa</b>	<b>País</b>	<b>Ano de entrada</b>	<b>Investimentos estimados (acumulado)</b>
China National Petroleum Corporation (CNPC)	Peru	1994	326
	Venezuela	1998	1.140
	Equador	2003	199
China Petroleum & Chemical Corporation	Brasil	2010	11.911
	Argentina	2011	2.450

(Sinopec)	Colômbia	2006	1.081
Sinochem Coorporation	Brasil	2011	3.070
	Colômbia	2009	877
China National Offshore Oil Company (CNOOC)	Argentina	2010	3.100

**Fonte:** adaptado de CEPAL (2013).

Os dados da Tabela 4 também nos permitem notar que há uma maior destinação de investimentos ao Brasil e à Argentina. Isso se explica porque no seu relacionamento com regiões, a China elege alguns estados como centrais, com os quais a cooperação será mais desenvolvida. No caso da ALC, o Brasil e a Argentina ocupam essa posição, conforme explicado por Eisenman e Heginbotham (2020), com uma ligeira precedência do Brasil em virtude do papel que o país possui na região, sendo o país de maior dimensão geográfica e maior economia regional, como argumentado por Xie e Li (2021) e Hirst (2008).

Sob o signo da Cooperação Sul-Sul, a China também tem oferecido condições de financiamento atrativas aos países latino-americanos sob o mote de empréstimos “sem compromissos” (“*no strings attached*”). Os tais compromissos referem-se às condicionalidades impostas pelas instituições ocidentais influenciadas pelos EUA como o FMI e o BM para que sejam concedidos empréstimos, normalmente reformas econômicas para controle do déficit público. Entretanto, ainda que de fato os empréstimos fornecidos pelo Banco de Desenvolvimento da China (China Development Bank, CDB) e o Banco de Importação e Exportação da China (China Ex-Im) – as duas instituições mais atuantes na região – não estejam atrelados às exigências econômicas dos emprestadores ocidentais, não é verdade que esses empréstimos sejam completamente descompromissados. Entre os acordos firmados são exigidos a contratação de pessoal e empresas chinesas para a execução de obras, bem como matérias-primas oriundas da China, reconhecimento do status de economia de mercado, além do fato de que é preciso estabelecer relações diplomáticas com a RPC para consegui-los – e esse é um aspecto essencial para a execução da política de China única na região (WISE; CHONN, CHING, 2020; TOKATLIAN, 2008; EISENMAN; HEGINBOTHAM, 2020; MYERS, 2015; MINUTTI; LO BRUTTO, 2018; SVAMPA; SLIPAK, 2015).

O maior exemplo disso é o financiamento chinês à construção de um parque industrial na Costa Rica, o que foi usado como incentivo para o país caribenho romper relações com Taipei e reconhecer Pequim em 2007. Durante a sua gestão, Hu Jintao também atuou para que outros países do Caribe estabelecessem relações diplomáticas com a RPC, como o Haiti, o

Panamá e a República Dominicana. A China chegou a enviar um efetivo de 125 policiais para compor as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), num esforço para ganhar o reconhecimento de Porto Príncipe (HIRST, 2008; MINUTTI; LO BRUTTO, 2018). Entretanto, apenas o Panamá e a República Dominicana estabeleceram relações com Pequim, e já durante o governo de Xi Jinping, em 2017 e 2018, respectivamente, enquanto que o Haiti ainda mantém o reconhecimento à Taiwan (TOKATLIAN, 2008; WISE; CHONN, CHING, 2020).

Se a China se diferencia dos EUA no aspecto dos empréstimos, com relação às práticas de comércio os dois países são mais semelhantes. A China manteve o mesmo padrão de estabelecimento de tratados bilaterais de livre-comércio com os países da ALC, da mesma forma como fizeram os EUA, como foi visto no capítulo anterior. O país estabeleceu tratados de livre-comércio com o Chile em 2005, a Costa Rica em 2011 e o Peru em 2008 (SVAMPA; SLIPAK, 2015; WISE, CHONN CHING, 2018; XIE; LI, 2021). Por outro lado, pesquisadores como Wise e Chonn Ching (2018) argumentam que existem diferenças entre os tratados de livre-comércio da China e dos EUA, pois os chineses possibilitam um acesso mais rápido ao seu mercado, permitem muitas exceções a setores industriais domésticos dos países e garantem o acesso desses produtos de maior valor agregado ao seu mercado interno.

Além dos aspectos econômicos, o que levantou preocupações de Washington acerca das relações sino-latino-americanas foram as questões de Cuba, Venezuela e Colômbia. Como atestado no capítulo anterior, a guerra às drogas é um dos pilares da política estadunidense desde o final do século passado, tendo a Colômbia como um destaque dessa política no hemisfério através do Plano Colômbia. Existia uma preocupação de que o envolvimento dos chineses pudesse minar os esforços de combate ao terrorismo e ao narcotráfico no país, mas como exposto por Tokatlian (2008), a China trabalhou de forma bastante cautelosa ao desenvolver suas relações com os colombianos, compreendendo o peso que o país possuía para a PEX estadunidense, ao mesmo tempo em que apoiou os esforços de combate aos grupos terroristas e traficantes de drogas. O apoio da China a esse tipo de política tem a influência da sua política doméstica, pois o próprio país enfrenta problemas de grupos insurgentes em Xinjiang e no Tibete, o que torna esse assunto sensível para o gigante asiático (TOKATLIAN, 2008; EISENMAN; HEGINBOTHAM, 2020; MYERS, 2015).

Já as relações com Cuba se intensificaram após o fim da URSS, que cumpria um papel essencial para a economia da ilha. Os chineses passaram a ocupar esse espaço de parceiro econômico e a investir nos setores de hidrocarbonetos e minério, seu principal interesse. No entanto, diferente da antiga relação URSS-Cuba, as relações RPC-Cuba não são pautadas por

elementos ideológicos, embora os dois países se considerem socialistas (TOKATLIAN, 2008). As preocupações de Washington numa possível interferência chinesa na transição de poder de Fidel Castro não se confirmaram, visto que os chineses estavam também interessados em possíveis reformas econômicas numa Cuba pós-Castro, apoiando o processo de normalização de relações empenhado por Obama (PAZ, 2012; DIÁRIO DO POVO, 2015).

A questão mais delicada é a da Venezuela, que se tornou uma das preocupações principais da PEX estadunidense para a ALC. A formalização de acordos no setor energético e militar e o aumento do comércio de *commodities* entre os dois países foram razões para a preocupação de Washington, visto que o governo de Chávez sustentava uma retórica abertamente antiamericana. Tal como Cuba, no entanto, ainda que o presidente Chávez buscasse associar-se ideologicamente à China fazendo alusões ao presidente Mao, as relações entre Caracas e Pequim basearam-se essencialmente nos interesses econômicos e mais pragmáticos (TOKATLIAN, 2008). A China chegou a apoiar a eleição da Venezuela para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em 2006, mas depois de certa relutância (PAZ, 2012), o que demonstra uma certa prudência no envolvimento com questões políticas regionais. Até mesmo a venda de armamentos chineses para os venezuelanos, como os caças JF-17, são vistos mais como uma tentativa de Caracas de chamar a atenção de Washington e transmitir uma mensagem política do que uma ofensiva chinesa para venda de armamento no hemisfério, conforme argumentam Eisenman e Heginbotham (2020).

Em suma, durante o governo de Hu Jintao, a China expandiu a sua presença na ALC por meio do comércio de *commodities* e investimentos estrangeiros diretos nesse setor, como parte da sua política de garantir segurança energética e diversificar parcerias. Hu também atuou para avançar com o reconhecimento diplomático da RPC na região e isolar Taiwan, visto que a maioria dos países que ainda mantêm relações com a ilha encontram-se no Caribe. Apesar disso, a PEX chinesa buscou manter um discurso de desenvolvimento pacífico, a fim de afastar preocupações dos EUA sobre a sua presença crescente no hemisfério. A atuação prática da China confirmou as intenções do discurso, com o país focando a relação com a região em aspectos econômicos e se envolvendo de maneira cautelosa nos assuntos da região.

#### **4.2 A Era de Xi Jinping (2013 - atualmente)**

A eleição de Xi Jinping ao cargo de presidente da RPC e Secretário-Geral do PCCh em 2013 consolidou uma mudança mais pronunciada na estratégia de política externa até então perseguida pela RPC, a KLP herdada de Deng Xiaoping. Com Xi, a estratégia de PEX chinesa passa a ser a “busca por resultados”, ou na nomenclatura em inglês, “*striving for achievements*”

– SFA” (MONTENEGRO, 2019, p. 304). Como dito anteriormente, algumas mudanças já vinham ocorrendo na estratégia de política externa da China, com a exigência de que o país tomasse mais responsabilidades para si. Se sob Deng Xiaoping o lema era nunca tomar a liderança, com Hu Jintao tornou-se liderar se for necessário (ZHU, 2013).

Sob a estratégia SFA, o foco puramente econômico das relações diplomáticas cedeu mais espaço às aspirações políticas, com um interesse em assumir responsabilidades e atuar mais ativamente para moldar os cenários de forma a alcançar os objetivos políticos do país. Há também uma valorização dos aspectos morais sobre os ganhos econômicos e uma busca por aprofundamento dos laços político-diplomáticos com outros países (YAN, 2014; MONTENEGRO, 2019).

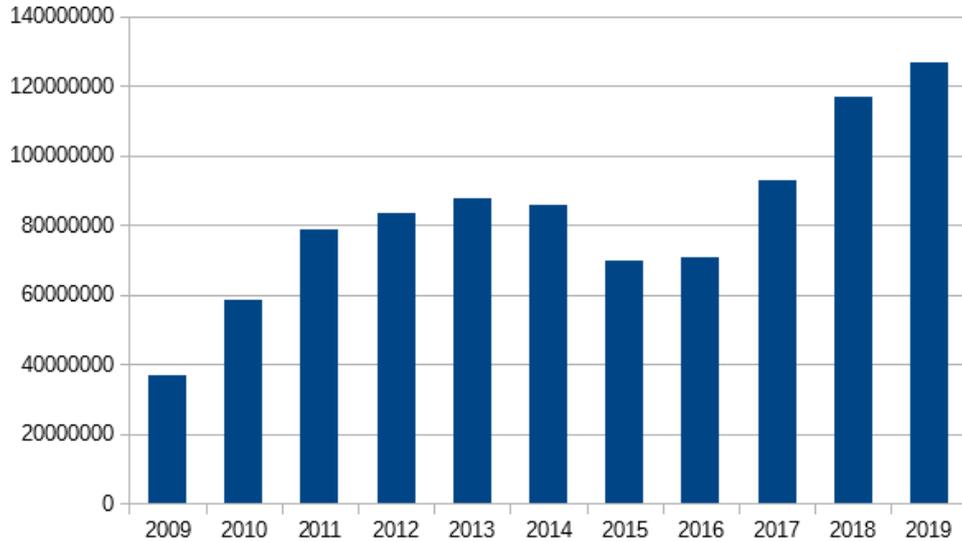
A valorização de aspectos morais envolve uma maior preocupação com os ganhos econômicos dos outros países que se relacionam com a China, ao invés de valorizar apenas os próprios ganhos. Nas palavras de Xi, citado por Yan (2014, p. 168, tradução nossa), “deixar os países vizinhos se beneficiarem do nosso desenvolvimento [...] e promover mais ajuda aos países em desenvolvimento dentro de nossa capacidade”.

Vê-se a partir disso que a SFA dedica maior atenção aos países vizinhos à China, como uma forma de resposta à reorientação estadunidense para a Ásia (YAN, 2014), mas essas mudanças também são notadas na relação da China com a ALC, destacando-se alguns mecanismos da política externa chinesa para a região, como o Fórum China-CELAC, a inclusão de países latino-americanos na Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*, BRI) e no Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (*Asian Infrastructure Investment Bank*, AIIB) e a melhoria dos padrões de condições laborais e ambientais nos projetos desenvolvidos na região (VADELL, 2018, 2019; MYERS, 2015).

Longe de se ser fruto de qualquer tipo de benevolência chinesa, essa mudança para uma maior preocupação com os aspectos morais pode ser relacionada a transformações ocorridas no próprio sistema internacional. A queda do preço de *commodities* e a desaceleração econômica chinesa, que geraram desequilíbrios econômicos para as economias latino-americanas dependentes dessa relação comercial (VADELL, 2019; SVAMPA; SLIPAK, 2015), contribuíram para que a percepção dos efeitos negativos desse modelo de inserção econômica da ALC ganhasse mais força, como argumentam Eisenman e Heginbotham (2020).

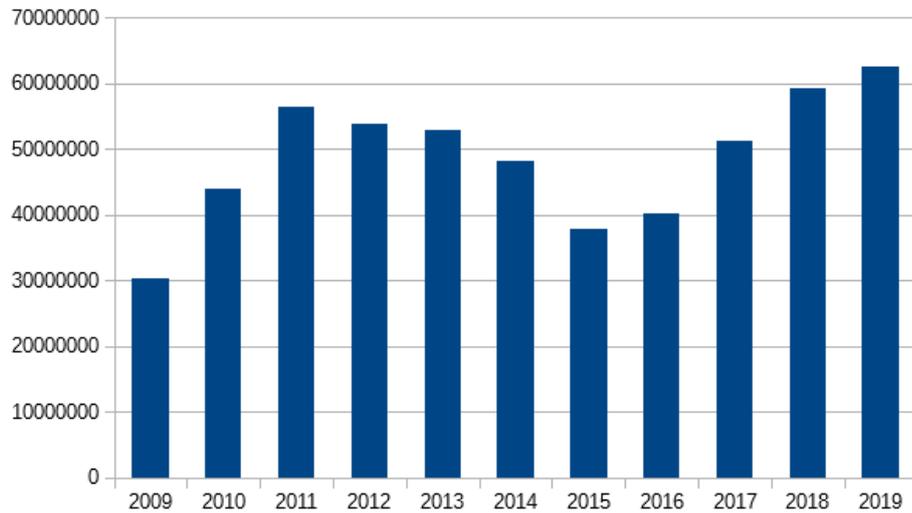
Como se vê nos Gráficos 4 e 5, o volume de importações de matérias-primas e minérios da ALC sofreu uma queda entre 2014 e 2015, retornando a uma tendência de crescimento a partir de 2016, alcançando o pico de mais de US\$ 120 bilhões no caso das matérias-primas (BANCO MUNDIAL, 2021).

**Gráfico 4.** Importação chinesa de matérias-primas da América Latina em milhares de dólares (2009-2019)



**Fonte:** elaboração do autor com dados do World Integrated Trade Solution (BANCO MUNDIAL, 2021).

**Gráfico 5.** Importação chinesa de metais e minérios da América Latina em milhares de dólares (1992-2008)



**Fonte:** elaboração do autor com dados do World Integrated Trade Solution (BANCO MUNDIAL, 2021).

Infere-se, portanto, que num cenário de acirramento da competição hegemônica com os EUA, faz sentido que a China dê mais ênfase a esse discurso mais valorativo e que prega um desenvolvimento compartilhado (YAN, 2014), até para que uma região como a ALC não se torne completamente avessa às relações com o país.

Em visita à região em 2013, Xi Jinping delineou os pontos que deveriam ser perseguidos pela China na relação com a ALC, mantendo a perspectiva de se colocar como um país em desenvolvimento cujos interesses são comuns, além de incentivar o aprofundamento das relações entre as duas regiões:

Nossas relações com essa área entraram agora num novo período de oportunidade para rápido crescimento. Nós devemos ser visionários na abordagem, manter-nos a par dos tempos, basear-nos na amizade tradicional, aprimorar os intercâmbios em todas as áreas e incrementar a cooperação. Dessa forma, nós podemos forjar uma parceria mais forte de cooperação abrangente baseada na igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento comum (XI, 2014, p. 342, tradução nossa).

Esse discurso ocorreu numa visita de Xi Jinping à região, em que se deu uma atenção maior à região do Caribe no intuito de fortalecer as relações com os países que já reconheciam a RPC diplomaticamente, ao passo em que se buscava demonstrar aos países restantes os ganhos de estabelecer relações com Pequim (MYERS, 2015). Durante essa mesma visita, Xi Jinping expressou a vontade de lançar o mais breve possível um “Fórum de Cooperação entre a China e a América Latina e o Caribe” (XI, 2014, p. 343, tradução nossa). Esse mecanismo foi estabelecido em 2014, com a fundação do Fórum China-CELAC, cuja primeira reunião ministerial ocorreu em 2015, seguida de uma turnê do primeiro-ministro Li Keqiang à região, com visitas ao Brasil, Chile, Colômbia, Peru e à sede da CEPAL (MAGGIORELLI, 2020; XIE; LI, 2021; VADELL, 2018, 2019).

Conforme argumenta Telias (2021), a China passou a se envolver na criação de fóruns regionais por razões de segurança e para garantir a sobrevivência do regime doméstico, numa tentativa de evitar ser cercada pelos EUA. Como as outras instituições regionais as quais a China se associou, como a OEA e o BID, contam com a participação dos EUA, tornou-se mais interessante para a China associar-se à CELAC, da qual os EUA não são membros, o que garante um papel de preponderância para o gigante asiático. Sem a presença de uma potência como os EUA, a distribuição de poder pende favoravelmente para a China, que pode, portanto, influenciar as atividades e a estrutura da instituição para se adequarem mais aos seus interesses. Além disso, há o perfil da própria CELAC de ser mais favorável à cooperação Sul-Sul, que como argumentado por Vadell (2018, p. 8, tradução nossa),

desde o ponto de vista da prática da política externa da China, o Fórum China-CELAC pretende consolidar um padrão de relações que o governo chinês enquadra como “relação Sul-Sul” ou “cooperação Sul-Sul (CSS) e que tem seu precedente no Fórum de Cooperação China-África, o FOCAC.

À época em que foi criado, o Fórum envolvia todos os 33 países da ALC – em 2020 o Brasil anunciou a saída do bloco (VALENTE, 2020) – e não abrangia nem os EUA nem o Canadá. Por conta desses dois aspectos, é possível dizer que desenvolver a relação com a ALC

tendo a CELAC como o mecanismo principal era algo atrativo para a China, pois ao mesmo tempo em que se reunia 33 países numa mesma organização, evitava-se a interferência dos EUA nas discussões da instituição.

Outro fator interessante acerca da CELAC é que ela gozava de consenso entre os diversos governos latino-americanos, de vários perfis ideológicos distintos entre si, como um mecanismo legítimo para concertação dos países da região. Enquanto que para Daniel Ortega, da Nicarágua, a CELAC significa a sentença de morte da Doutrina Monroe, para Juan Manuel Santos, da Colômbia, a instituição havia nascido para não ser contra ninguém, o que expõe o apoio devotado à instituição apesar das diferentes interpretações dos líderes políticos acerca do seu caráter (VADELL, 2018).

De forma geral, o Fórum China-CELAC segue o padrão de instituições multilaterais criadas pela China, no qual prevalece uma maior informalidade, flexibilidade e a adoção de resoluções não-vinculantes, o que coloca um peso maior no voluntarismo dos membros participantes desses mecanismos (TELIAS, 2021). O próprio Fórum se define como sendo

a plataforma para cooperação intergovernamental liderada pelos Ministérios de Relações Exteriores da China e dos países-membros da CELAC, seus principais mecanismos incluem a Reunião Ministerial, o Diálogo de Ministros de Relações Exteriores da China e o “Quarteto” da CELAC e a Reunião de Coordenadores Nacionais (FÓRUM CHINA-CELAC, 2015a, s/p, tradução nossa).

Como explicado por Telias (2021, p. 238, tradução nossa), “o mecanismo mais importante são as reuniões ministeriais que se realizam a cada três anos, onde o anfitrião alterna entre a China e o país presidente da CELAC”. É interessante notar também que, embora o Fórum tenha esse aspecto de ser uma instituição mais flexível, ele é também abrangente e complexo, pois envolve subfóruns que trabalham com várias temáticas, como agricultura, tecnologia e inovação, negócios, cooperação em infraestrutura, cooperação política e partidária, atuação de *think tanks* e diplomacia *people-to-people*. Existe também uma combinação de elementos multilaterais e bilaterais, pois os países podem selecionar em quais iniciativas participarão dentro do Fórum, ao mesmo tempo em que podem desenvolver outros acordos bilaterais com a China (TELIAS, 2021; VADELL, 2018; EISENMAN; HEGINBOTHAM, 2020; FÓRUM CHINA-CELAC, 2015a).

Em 2015 foi anunciado o Plano de Cooperação China-CELAC (2015-2019), no qual foram delineados treze eixos de ação a serem desenvolvidos: política e segurança; assuntos internacionais; comércio, investimento e finanças; infraestrutura e transportes; energia e recursos naturais; agricultura; indústria, ciência e tecnologia, aviação e espaço aéreo; educação e treinamento de recursos humanos; cultura e esportes; imprensa, meios de comunicação e

divulgação; turismo; proteção ambiental, redução e gerenciamento de riscos de desastre, saúde e erradicação da pobreza; amizade entre pessoas (FÓRUM CHINA-CELAC, 2015c). Foi incluído também no Plano de Cooperação a promessa do presidente Xi Jinping de aumentar os investimentos na região para a cifra de US\$250 bilhões em 10 anos, além de elevar para US\$500 bilhões o comércio com a região no mesmo período de tempo (VADELL, 2018).

Como o objetivo aqui não é discutir detalhadamente cada um dos eixos de ação propostos no Plano de Cooperação, nos deteremos a tecer comentários mais gerais sobre o projeto. Como se vê, os eixos temáticos são variados, e não se limitam a questões econômicas, evidenciando o caráter da estratégia SFA iniciada pelo presidente. Entretanto, como argumentado por Zhao (2011), o caráter mais flexível desses mecanismos chineses dificulta a efetivação dos planos acordados, o que leva ao aumento da insatisfação de países em desenvolvimento com relação a Pequim por conta de acordos de cooperação vagos, como relatado por Eisenman e Heginbotham (2020).

De toda forma, é possível afirmar que o Fórum China-CELAC tem o potencial de alavancar as relações da China com a ALC e se tornar o principal mecanismo de diálogo dos países da região com o gigante asiático, a exemplo do que a Cúpula das Américas ou até mesmo a OEA significam para as relações entre a ALC e os EUA. Nas palavras de Telias (2021, p. 246, tradução nossa):

O envolvimento com a CELAC, uma organização que reúne os países das Américas, mas deixa de fora os EUA e o Canadá, é a chave para pensar em um motor de posicionamento hegemônico. Ou seja, projeção de poder/influência às custas dos EUA e da Europa Ocidental (tanto dos estados individuais quanto da UE) através de agendas retoricamente Sul-Sul.

No entanto, é importante acompanhar também se esse potencial de fato se concretizará, tendo-se em conta a saída do Brasil da CELAC e a desarticulação do regionalismo latino-americano e desse tipo de instituições constituídas sob os períodos dos governos da Onda Rosa (PAUTASSO et. al, 2021).

Em 2016, a China também lançou a segunda edição do seu *Policy Paper* sobre a América Latina e o Caribe que, segundo Vadell (2018), possui muitos pontos já antecipados pelo referido Plano de Cooperação China-CELAC (2015-2019), ao que acrescento também a Declaração de Pequim da primeira reunião ministerial do Fórum China-CELAC. Basicamente o *policy paper* reforça os anúncios de cooperação em múltiplos setores anunciados pelo Plano, ao mesmo tempo em que traça o cenário global como cada vez mais globalizado e multipolar, com os países em desenvolvimento assumindo uma posição cada vez mais relevante. É dito, inclusive, que “o desenvolvimento da China não pode ser possível sem o desenvolvimento de

outros países em desenvolvimento, incluindo os países da América Latina e do Caribe” (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2016, s/p, tradução nossa).

Também é anunciado que as relações com a ALC seriam construídas com base em cinco características principais

sinceridade e confiança mútua no campo político, cooperação ganha-ganha na frente econômica, aprendizagem mútua em cultura, estreita coordenação em assuntos internacionais, assim como reforço mútuo entre a cooperação da China com a região como um todo e suas relações bilaterais com os países individuais da região (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2016, s/p, tradução nossa).

Esses mesmos direcionamentos já haviam aparecido na Declaração de Pequim, redigida após a primeira reunião ministerial do Fórum China-CELAC, no qual os países afirmaram a intenção de cooperarem nos mesmos campos detalhados no *policy paper* e se guiarem pelos princípios de “respeito, igualdade, pluralidade, benefício mútuo, cooperação, abertura, inclusão e não condicionalidade”, além de “respeito à soberania e integridade territorial” (FÓRUM CHINA-CELAC, 2015b, s/p, tradução nossa). É notável aqui a influência dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, além da questão da política de China única, que permanece como um aspecto essencial da PEX chinesa para a região, sendo citada nominalmente no *policy paper* quando é dito que “a China está pronta para estabelecer e desenvolver relações interestatais com os países da América Latina e o Caribe com base no princípio de uma China” (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2016, s/p, tradução nossa).

Um outro ponto muito importante da PEX chinesa sob Xi Jinping é a Iniciativa Cinturão e Rota – *Belt and Road Initiative (BRI)*, na nomenclatura em inglês –, que ficou popularmente conhecida como a Nova Rota da Seda. A BRI é um grande projeto de investimentos em obras de infraestrutura que visam conectar a China com a sua vizinhança na Ásia, Europa e África, tanto por via terrestre quanto por via marítima (PAUTASSO et. al, 2021). Segundo Xie e Li (2021, p. 62),

A Iniciativa Cinturão e Rota é uma das plataformas internacionais fundamentais da política externa chinesa para propor uma rota de cooperação global na atualidade. O seu principal objetivo é mobilizar recursos no mundo todo para melhorar a conectividade internacional e proporcionar a inclusão dos países na economia globalizada, elevando suas capacidades para executar as estratégias de desenvolvimento sustentável que venham a adotar.

A BRI, juntamente com o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura – *Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB)* – configuram, segundo Telias (2021), uma resposta da China à política estadunidense de pivô para a Ásia, ao mesmo tempo em que se baseia na necessidade de investimentos em infraestrutura no continente asiático, alinhado à fala de Xi sobre deixar os vizinhos desfrutarem do desenvolvimento chinês. Ou seja, a BRI e o AIIB têm como foco e origens questões regionais mais próximas da China, embora também incluam

regiões mais distantes, como a ALC. Os investimentos em infraestrutura na região tem sido pensados majoritariamente para atender os interesses chineses de escoamento da produção de *commodities*, como a construção de um Canal na Nicarágua e a ferrovia Bioceânica, que pretende ligar Brasil, Peru e Bolívia, conectando o Atlântico e o Pacífico (WISE; CHONN, CHING, 2020; VADELL, 2019).

Na segunda reunião ministerial do Fórum China-CELAC, que aconteceu em 2018 no Chile, a China formalizou o convite aos 33 países do bloco para ingressarem na BRI por meio do projeto da Rota da Seda Marítima, que visa a integração através do Pacífico (VADELL, 2018; LEMUS-DELGADO, 2020). Desse total de países, 19 formalizaram acordos bilaterais de adesão à BRI: Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela, Costa Rica, El Salvador, Panamá, Antigua e Barbuda, Barbados, Cuba, Dominica, República Dominicana, Granada, Jamaica e Trinidad e Tobago (PAUTASSO et. al, 2021). Já o AIIB tem como membros latino-americanos Brasil, Argentina, Chile, Equador e Uruguai, enquanto que Bolívia, Venezuela e Peru têm prospectado a entrada (AIIB, 2021).

A ausência de países importantes da ALC como o Brasil, a Argentina e a Colômbia e o México na BRI expõe o cenário de recrudescimento da disputa sino-americana, segundo Pautasso et al (2020). Para os autores é difícil que o Brasil ingresse na BRI, em virtude do alinhamento do governo Bolsonaro aos EUA de Trump e sua agressiva retórica anti-China, enquanto a Argentina tem buscado um equilíbrio entre Pequim e Washington por conta da renegociação da sua dívida externa com credores do FMI. A Colômbia, como já foi visto anteriormente, tem um histórico de relações mais moderadas com a China, algo justificado pelo seu papel como principal parceira dos EUA na região. O México, como também foi visto anteriormente, não mantém um histórico de relações proeminentes com a China, em razão do relacionamento comercial pouco favorável aos mexicanos, e mais recentemente, com o USMCA, o país fica impedido de firmar qualquer aliança com países que não são considerados economias de mercado – o que é o caso da China – sob pena dos EUA e do Canadá se retirarem do acordo (LEMUS-DELGADO, 2020).

Ou seja, ao menos na adesão à BRI, o relacionamento dos chineses ainda está em estágio inicial, com a ausência de países importantes da região. Embora existam esforços da política externa chinesa para que esses países se integrem à iniciativa (XIE; LI, 2021), essa não parece ser a principal preocupação do país, visto que os problemas enfrentados pela BRI na vizinhança asiática, como disputas no Mar do Sul da China e questões com a Índia são mais sensíveis à Pequim e tem mais propensão de ameaçarem a execução do projeto (PAUTASSO et al, 2021; MONTENEGRO, 2019). Afora o avanço da BRI, a escalada das tensões com os EUA não

parecem ter afetado outras áreas da relação da China com a região, cujo comércio bilateral cresceu mesmo durante a pandemia de Covid-19, tendo um papel importante para estabilizar a economia de países da ALC, vide o próprio caso do Brasil (XIE; LI, 2021).

Vê-se, portanto, que durante o governo de Xi Jinping, a política externa chinesa assumiu uma postura mais proativa no cenário internacional, incorporando valores e promovendo mais fortemente outras formas de relação com os países além dos aspectos econômico-comerciais. Para a ALC isso se verificou através da criação do Fórum China-CELAC e seus diversos subfóruns multitemáticos, da retórica de Cooperação Sul-Sul e a proposta de integração da região à Nova Rota da Seda. Apesar disso, as propostas de investimentos em infraestrutura ainda se encontram intimamente relacionadas ao comércio de *commodities*, o que evidencia que o perfil da região como fornecedora de bens de baixo valor agregado não deve ser alterado. Ainda que a disputa com os EUA tenha se acentuado e a própria PEX chinesa tenha dado mais atenção a valores, o país manteve o perfil de uma relação pragmática com os países de diversos perfis políticos e o caráter de seus novos empreendimentos na região não parece ser o de desafiar a hegemonia americana no continente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a China tenha ascendido no sistema internacional e caminhado rumo a tornar-se a maior economia global, é difícil caracterizar o período atual como o de uma transição hegemônica em curso. Mesmo que os Estados Unidos sejam superados economicamente, isso não significa que o país se torne um ator irrelevante para a economia global, além do fato de que o país mantém uma estrutura militar que sequer está próxima de ser alcançada pela China. Um outro aspecto é que o próprio sistema internacional está estruturado sobre as bases criadas pelos EUA e os seus valores, em que pese a China tenha se esforçado para modificá-lo, isso não tem acontecido de forma tão simples, o que incentivou o país a criar as suas próprias instituições e fortalecer as visões de Stuenkel (2017) e Acharya (2017) acerca de um “multilateralismo competitivo” e um “multilateralismo multiplex”.

Da mesma forma, é difícil afirmar que a posição hegemônica dos EUA na América Latina esteja próxima de ser substituída pela China ou até mesmo que esteja sob ameaça. A análise de Tokatlian (2008), de que existia uma preocupação excessiva dos EUA com relação à presença chinesa na ALC, ainda permanece atual. Como visto nos capítulos anteriores, a PEX da China para a ALC manteve como principais interesses o fornecimento de matérias-primas e a obtenção de reconhecimento diplomático dos países que ainda sustentam relações com Taiwan. Mesmo com os países mais sensíveis para Washington, como a Venezuela, Cuba e Nicarágua, as relações de Pequim não se distanciaram desse padrão. Com a Venezuela, por exemplo, os interesses associados à garantia da segurança energética são evidentes (TOKATLIAN, 2008) e o apoio chinês ao governo de Maduro indica mais a vontade de concretizar os acordos firmados ainda na Era Chávez (MYERS, 2015), que poderiam correr o risco de serem desfeitos ou dificultados por um governo opositorista mais aliado à Washington, do que uma convergência político-ideológica entre Pequim e Caracas.

Já o caso da Nicarágua tem um aspecto duplo, pois a construção do Canal visa atender a uma demanda por infraestrutura que serviria ao comércio de *commodities* da China com a região, além de servir como um incentivo para que o país caribenho mudasse o reconhecimento diplomático para a RPC, a exemplo do que foi feito com a Costa Rica e os investimentos no seu parque industrial (WISE; CHONN, CHING, 2018). Ou seja, a retórica do governo Trump de caracterizar as relações entre a China e os países da “Troika da tirania” (BOLTON, 2018) como baseadas numa espécie de afinidades entre regimes autoritários é difícil de ser sustentada, pois se esse fosse o caso, Pequim não manteria relações próximas com países que possuem governos que não apreciam o regime chinês, como o Brasil ou Chile (EISENMAN; HEGINBOTHAM, 2020). Ainda assim, embora crescente, como se viu anteriormente, a ALC

representa uma parcela pequena do comércio mundial da China, e mesmo a sua participação no maior projeto chinês, a BRI, é periférica, visto que o cerne do projeto se encontra na vizinhança chinesa (WISE; CHONN, CHING, 2020; VADELL, 2019; PAUTASSO et. al, 2021).

A postura estadunidense de se dedicar mais a condenar a aproximação da China com os países latino-americanos do que a propor uma alternativa crível aos projetos chineses torna difícil para Washington fazer frente à ascensão chinesa. A manutenção dessa política para a ALC tende a levar ao cenário de “escolhas de lado” traçado por Paz (2012), que conforme Tokatlian (2008, p. 78, tradução nossa) reforça, é a última coisa de que a região precisa, pois “a história mostrou que em tais cenários, as perdas se sobrepõem aos ganhos e a fragmentação tende a prevalecer sobre a integração”.

Entendemos que a plataforma de política econômica proposta pelo presidente Joe Biden, baseada no “*Green New Deal*”, tem o potencial de ser desenvolvida a fim de se tornar um projeto de investimentos em infraestrutura capaz de fazer frente à BRI. Resta saber se esse caminho será seguido pela nova administração democrata. Analisar o posicionamento do presidente Biden sobre a disputa hegemônica com a China e sua política para a ALC também pode ser um tema a ser desenvolvido em pesquisas posteriores, visando identificar se o perfil seguido pelo novo presidente se assemelha mais à política do “Corolário Trump” (Cepik, 2019) ou esteja mais próxima de uma reedição da “Doutrina Obama” (ROSATTI; SCOTT, 2011).

De toda forma, a manutenção de uma política externa focada basicamente em assuntos securitários, como tráfico de drogas e fronteiras, e cooperação econômica ainda pautada em modelos dos anos 1990, tem pouca capacidade de atrair o interesse dos países latino-americanos. Embora a agenda militar e de segurança tenham o objetivo de garantir a hegemonia estadunidense através de uma política de *hard power*, a agenda econômica defasada centrada notadamente nos preceitos do antigo Consenso de Washington podem gerar um efeito contrário: entregar a ALC numa “bandeja de prata” para a China, como Wise e Chonn Ching (2018, p. 15, tradução nossa) argumentam sobre a política de Trump.

Outro aspecto que pode ser melhor desenvolvido é o acompanhamento das iniciativas de cooperação dentro do Fórum China-CELAC e seus subfóruns multitemáticos. Os acordos de livre-comércio entre a China e os países latino-americanos também podem ser analisados de maneira mais pormenorizada, a fim de esclarecer se de fato eles têm garantido condições mais favoráveis do que os acordos de livre-comércio propostos pelos EUA. Os investimentos em infraestrutura, embora sejam incentivados por parte da China sob uma forte retórica de cooperação Sul-Sul e desenvolvimento compartilhado, inserem-se no velho modelo de posicionar a ALC como uma fornecedora de *commodities*, o que ao fim não se diferencia tanto

do padrão de relações da região com os EUA e outras potências ocidentais (SVAMPA; SLIPAK, 2015; WISE; CHONN, CHING, 2020; VADELL, 2019).

Embora a China tenha se mostrado aberta a criar mecanismos que visam diminuir as assimetrias das suas relações com a ALC e evitar que as críticas ao seu modelo de relações econômicas com os países em desenvolvimento sejam utilizadas por Washington (MYERS, 2015), a falta de uma coordenação a nível regional na ALC, em virtude das dificuldades enfrentadas atualmente pelo regionalismo latino-americano, cria uma tendência a que cada país desenvolva uma estratégia própria para lidar com a ascensão chinesa e as pressões americanas.

No cenário de disputa global entre os EUA e a China, a América Latina e o Caribe ocupam um lugar de pouca relevância, assumindo uma posição de região subordinada frente às duas potências, como exposto por Tokatlian (2008). Entretanto, o entendimento dos EUA em tratar a região como uma área em disputa com os chineses pode ser aproveitado pelos países latino-americanos para barganhar vantagens com as duas potências, como argumentado por Pautasso et al (2020), desde que não se aceite, sem qualquer critério, uma retórica de nova Guerra Fria.

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. After Liberal Hegemony: the advent of a multiplex world order. **Ethics & International Affairs**, [S.L.], v. 31, n. 3, p. 271-285, 2017. Cambridge University Press (CUP).

AIIB. **Members and Prospective Members of the Bank**. Pequim, 2021. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

AYERBE, Luis Fernando. ‘A América Latina é pouco relevante para os EUA’. **Sul Global**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 08-17, maio 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/issue/view/1711>. Acesso em: 08 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/up000016.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Estados Unidos-América Latina. Balance de la administración de Barack Obama al final de su segundo mandato. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe**, n. 13, p. 11-30, 2016. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2017/04/anuario-2016.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2021.

\_\_\_\_\_. La política de la administración Trump para América Latina: ¿Reinvención de la Doctrina Monroe? **Revista Tempo do Mundo**, v. 5, n. 1, p. 225-240, 24 set. 2020. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9812/1/Tempo%20do%20Mundo\\_v5\\_n1\\_la\\_politica.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9812/1/Tempo%20do%20Mundo_v5_n1_la_politica.pdf)>. Acesso em: 4 out. 2021.

BANCO MUNDIAL. **China Ores and Metals Imports from Latin America & Caribbean in US\$ Thousand 1992-2008**. 2021. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/1992/EndYear/2008/TradeFlow/Import/Indicator/MPRT-TRD-VL/Partner/LCN/Product/OresMtls>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **China Ores and Metals Imports from Latin America & Caribbean in US\$ Thousand 2009-2019**. 2021. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/2009/EndYear/2019/TradeFlow/Import/Indicator/MPRT-TRD-VL/Partner/LCN/Product/OresMtls>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **China Raw materials Imports from Latin America & Caribbean in US\$ Thousand 1992-2008**. 2021. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/1992/EndYear/2008/TradeFlow/Import/Indicator/MPRT-TRD-VL/Partner/LCN/Product/UNCTAD-SoP1#>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **China Raw materials Imports from Latin America & Caribbean in US\$ Thousand 2009-2019**. 2021. Disponível em: <

<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/2009/EndYear/2019/TradeFlow/Import/Indicator/MPRT-TRD-VL/Partner/LCN/Product/UNCTAD-SoP1>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **World Integrated Trade Solution (WITS)**. 2021. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/LCN/StartYear/2009/EndYear/2016/TradeFlow/Export/Partner/BY-COUNTRY/Indicator/XPRT-PRTNR-SHR>>. Acesso em: 19 out. 2021.

BOLTON, John. **Remarks by National Security Advisor Ambassador John R. Bolton on the Administration's Policies in Latin America**. Miami, 2 nov. 2019. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-national-security-advisor-ambassador-john-r-bolton-administrations-policies-latin-america/>>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRITANICA, Encyclopaedia. "Warring States". *Encyclopedia Britannica*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Warring-States>>. Acesso em: 17 set. 2021.

\_\_\_\_\_. "United States". *Encyclopedia Britannica*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/United-States>>. Acesso em: 18 out. 2021.

CAMPOS; PREVOST. The Trump Administration in Latin America: continuity and change. **International Journal of Cuban Studies**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 13-23, 2019. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/10.13169/intejcubastud.11.1.0013#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/10.13169/intejcubastud.11.1.0013#metadata_info_tab_contents). Acesso em: 4 out. 2021.

CECEÑA, Ana Esther; AGUILAR, Paula Lucía. **Iniciativas para as Américas**. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/i/iniciativas-para-as-americas>>. Acesso em: 18 out. 2021.

CEPIK, M. O Corolário Trump e a América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, v. 5, n. 1, p. 241-265, 24 set. 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/146>>. Acesso em: 04 out. 2021.

CPDOC. **Liga das Nações**: Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/LigaDasNacoes>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Chinese foreign direct investment in Latin America and the Caribbean**: China Latin-America cross-council taskforce. Santiago: Nações Unidas, 2013. Disponível em: <<https://www.cepal.org/fr/node/20931>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Sistema Gráfico de Comercio Internacional**. 2021. Disponível em: <<http://sgo-win12-we-e1.cepal.org/dcii/sigci/sigci.html>>. Acesso em: 22 out. 2021.

COX, R. W. Gramsci, Hegemony and International Relations : An Essay in Method. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 12, n. 2, p. 162–175, 1983.

DIÁRIO DO POVO. **China apoia normalização das relações entre EUA e Cuba**. 16 abr. 2015. Disponível em: <<http://portuguese.people.com.cn/n/2015/0416/c310816-8878890.html>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

EISENMAN, Joshua; HEGINBOTHAM, Eric. China's Relations with Africa, Latin America, and the Middle East. In: SHAMBAUGH, David (ed.). **China & the World**. Estados Unidos da América: Oxford University Press, 2020. Cap. 14. p. 291-312.

EMBAIXADA E CONSULADOS DOS EUA NO BRASIL **VIII Cúpula das Américas**. 2021. Disponível em: <<https://br.usembassy.gov/pt/our-relationship-pt/viii-cupula-das-americas/>>. Acesso em: 18 out. 2021.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Hoja de Datos: Iniciativa Regional Andina**. Washington D.C., 23 mar. 2002. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/03/20020323-9.es.html>>. Acesso em: 18 out. 2021.

\_\_\_\_\_. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington D.C., dez. 2017. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **National Security Strategy**. Washington D.C., mai. 2020. Disponível em: <[https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2021.

FERCHEN, M. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração? **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n.1, p. 105–130, 2011.

FIORI, José Luis. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 11-70.

\_\_\_\_\_. Prefácio ao poder global. **Revista Tempo do Mundo (RTM)**, v. 2, n. 1, p. 131–153, 2010.

FÓRUM CHINA-CELAC. **Beijing Declaration**. Pequim, 9 jan. 2015b. Disponível em:<[http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj\\_3/201501/t20150123\\_6475938.htm](http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj_3/201501/t20150123_6475938.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **China-Latin American and Caribbean Countries Cooperation Plan (2015-2019)**. Pequim, 9 jan. 2015c. Disponível em: <[http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj\\_3/201501/t20150123\\_6475938.htm](http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj_3/201501/t20150123_6475938.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Institutional Arrangements**. Pequim, 23 jan. 2015a. Disponível em: <[http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj\\_3/201501/t20150123\\_6475947.htm](http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj_3/201501/t20150123_6475947.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. Simon and Schuster, 2006.

GARCÍA, A. C. C.; BRUTTO, G. LO. América Latina en el marco de la reconfiguración hegemónica mundial : el avance estratégico de China en la región en el siglo XXI Latin America in the Setting of the Global , Hegemonic. **Estudios internacionales**, v. 7, n. 3, p. 51–62, 2019.

GWADABE, N. M. et al. O Declínio Hegemônico Dos Estados Unidos E a Crescente Influência Da China: Uma Perspectiva Crítica Sobre a Teoria Da Transição De Poder No

Século XXI. **Austral: Brazilian Journal of Strategy and International Relations**, v. 9, n. 18, p. 132–153, 2020.

HIRST, Monica. A South-South Perspective. In: ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe (ed.). **China's Expansion into the Western Hemisphere: implications for Latin America and the United States**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008. Cap. 5. p. 90-108.

HU, Jintao. **Joining Hands to Enhance Friendship between China and Latin America: Speech by Chinese President Hu Jintao at the Brazilian Parliament**. Brasília, 12 nov. 2004. Disponível em: <<https://www.fmprc.gov.cn/ce/cede/det/jj/t170469.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

HURRELL, Andrew. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 23-59, jan./jun. 1995. Disponível em: [https://www.academia.edu/7311651/O\\_ressurgimento\\_do\\_regionalismo\\_na\\_politica\\_mundial\\_Hurrell](https://www.academia.edu/7311651/O_ressurgimento_do_regionalismo_na_politica_mundial_Hurrell). Acesso em: 02 jul. 2021.

JIANG, Shixue. The Chinese Foreign Policy Perspective. In: ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe (ed.). **China's Expansion into the Western Hemisphere: implications for Latin America and the United States**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008. Cap. 2. p. 27-43.

JOSEPH, Nye; KEOHANE, Robert. **Power and interdependence**. 4 ed. Pearson, 2011.

KERRY, John. **Remarks on U.S. Policy in the Western Hemisphere**. Washington D.C., 18 nov. 2013. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/secretary/remarks/2013/11/217680.htm>>. Acesso em: 19 out. 2021.

KINDLEBERGER, Charles Poor et al. **The world in depression, 1929-1939**. Univ. of California Press, 1986.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LEMUS-DELGADO, Daniel. China e América Latina sob o mesmo céu? Tianxia e Relações Internacionais. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, p. 53-75, 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/23>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LEÓN-MANRÍQUEZ, Jose; ALVAREZ, Luis F. Mao's steps in Monroe's backyard: towards a united states-china hegemonic struggle in Latin America? **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 57, n., p. 9-27, 2014. FapUNIFESP (SciELO).

MAGGIORELLI, Lorenzo. Cooperação entre China e América Latina e Caribe: ajuda oficial ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais (2006-2016). **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, p. 53-75, 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/23>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MILANI, Livia. Donald Trump e a América Latina: desconstruindo a ordem liberal? **Sul Global**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 60-82, maio 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/issue/view/1711>. Acesso em: 08 jun. 2021.

MOLL, Roberto; TEIXEIRA, Tatiana. A relação entre EUA e América Latina e Caribe: balanço, novas configurações e desafios em um mundo de incertezas. **Sul Global**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 06-07, maio 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/issue/view/1711>. Acesso em: 08 jun. 2021.

MONTENEGRO, R. H. Crise ou afirmação da hegemonia americana? Arrighi, Wallerstein, Fiori e Zakaria. **Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 3, n. 2, p. 247–265, 2016.

\_\_\_\_\_. Uma visão geral da política externa chinesa contemporânea: estratégias, atores e instrumentos. **Brazilian Journal of International Relations**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 297-329, 4 set. 2019. Faculdade de Filosofia e Ciências.

MYERS, Margaret. Shaping Chinese Engagement in Latin America. In: DOMÍNGUEZ, Jorge I.; COVARRUBIAS, Ana (ed.). **Routledge Handbook of Latin America in the World**. New York: Routledge, 2015. Cap. 14. p. 211-222.

OBAMA, Barack. **Remarks by President Barack Obama at the First Plenary Session of the Summit of the Americas**. Panama City, 20 abr. 2015. Disponível em: [http://www.summit-americas.org/vii/docs/usa\\_en.pdf](http://www.summit-americas.org/vii/docs/usa_en.pdf). Acesso em: 13 out. 2021.

\_\_\_\_\_. **Remarks of President Barack Obama** – as prepared for delivery Summit of the Americas Opening Plenary. Cartagena de Indias, 14 abr. 2012. Disponível em: [http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement\\_us\\_en.pdf](http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_us_en.pdf) >. Acesso em: 13 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Cúpula das Américas**. Washington D.C. 2021. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/topicos/cupulas.asp>. Acesso em: 18 out. 2021.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de Reformas a la Carta de la Organización de los Estados Americanos (A-56) “Protocolo de Washington”**. Washington D.C., 14 dez. 1992. Disponível em: [http://www.oas.org/dil/esp/tratados\\_A-56\\_Protocolo\\_de\\_Washington.htm](http://www.oas.org/dil/esp/tratados_A-56_Protocolo_de_Washington.htm). Acesso em: 18 out. 2021.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. A reorientação estratégica dos EUA para a Ásia-Pacífico. **Política Externa**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 143-156, maio 2013. Disponível em: <https://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2013/05/Politica-Externa-21-04-Amaury-Porto-Oliveira.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

PAUTASSO, Diego *et al.* A Iniciativa do Cinturão e Rota e os dilemas da América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, p. 53-75, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/23>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PAZ, G. S. China, United States and hegemonic challenge in Latin America: An overview and some lessons from previous instances of hegemonic challenge in the region. **China Quarterly**, n. 209, p. 18–34, 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos de H. Bush a Donald J. Trump (1989/2017): dinâmicas políticas de consenso e polarização. **Esboços: histórias em contextos globais**, [S.L.], v. 24, n. 38, p. 339-359, 4 out. 2018. Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2017v24n38p339>. Acesso em: 20 out. 2021.

\_\_\_\_\_. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 195 p.

\_\_\_\_\_; FORNER, Clarissa Nascimento. Obama e a América Latina (2009/2016): estagnação ou avanços? **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S.L.], v. 6, n. 11, p. 370, 23 set. 2017. Universidade Federal de Grande Dourados. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6936>. Acesso em: 20 out. 2021.

QIAN, Gang. **A Brief History of the Helmsmen**. Hong Kong, 2 nov. 2020. Disponível em: <<https://chinamediaproject.org/2020/11/02/a-brief-history-of-the-helmsman/>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. Pequim, 24 nov. 2016. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/zxxx\\_662805/t1418254.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1418254.shtml)>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ROSATI, J. A.; SCOTT, J. M. **The Politics of United States Foreign Policy**. 5. ed. [s.l.] Wadsworth, 2011.

SÁ, Tiago Moreira de. Os Estados Unidos e o fim da Guerra Fria. **Relações Internacionais (R:I)**, [s. l], n. 43, p. 15-29, set. 2014.

SCHOLTE, Jan Aart; CASIER, Tom; DUTKIEWICZ, Piotr. Hegemony in World Politics: an introduction. In: DUTKIEWICZ, Piotr; CASIER, Tom; SCHOLTE, Jan Aart. **Hegemony and World Order: reimagining power in global politics**. New York: Routledge, 2021. p. 1-14.

SILVER, Beverly J.; PAYNE, Corey R. Crises of world hegemony and the speeding up of social history. In: DUTKIEWICZ, Piotr; CASIER, Tom; SCHOLTE, Jan Aart (ed.). **Hegemony and World Order: reimagining power in global politics**. New York: Routledge, 2021. Cap. 1. p. 17-31.

STUENKEL, Oliver. New Development Banks as Horizontal International Bypasses: towards a parallel order? **American Journal of International Law**, Washington, D.C., v. 111, p. 236-240, 2017. Cambridge University Press (CUP).

SVAMPA, Maristella; SLIPAK, Ariel M. China en América Latina: del consenso de los commodities al consenso de Beijing. **Revista Ensembles**, n. 3, p. 34-65, 2015.

TELIAS, Diego. Foros China-CELAC e China-CEEC (17+1): ideias das teorias do regionalismo. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, p. 53-75, 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/23>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

TOBACE, Ewerthon. China passa Japão e é 2ª maior economia mundial. **BBC News**. Tóquio, p. 1-1. 14 fev. 2011. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/02/110214\\_china\\_japao\\_economia\\_rw](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/02/110214_china_japao_economia_rw)>. Acesso em: 18 out. 2021.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. A View from Latin America. In: ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe (ed.). **China's Expansion into the Western Hemisphere: implications for Latin America and the United States**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008. Cap. 4. p. 59-89.

ULARD, Martine. O “pivô asiático” norte-americano contra a “rota da seda” chinesa. **Le Monde Diplomatique**. [SI], p. 1-1. 2 out. 2014. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-pivo-asiatico-norte-americano-contra-a-rota-da-seda-chinesa/>>. Acesso em: 18 out. 2021.

UNITED STATES SOUTHERN COMMAND. **United States Southern Command Strategy: “Enduring Promise for the Americas”**. Doral, 8 mai. 2019. Disponível em: <[https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/SOUTHCOM\\_Strategy\\_2019.pdf?ver=2019-05-15-131647-353](https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/SOUTHCOM_Strategy_2019.pdf?ver=2019-05-15-131647-353)>. Acesso em: 2 jul. 2021.

VADELL, Javier A. China in Latin America: south-south cooperation with chinese characteristics. **Latin American Perspectives**, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 107-125, 30 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. El Foro China-CELAC y el nuevo regionalismo para un mundo multipolar: desafíos para la cooperación ‘sur-sur’. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 6-37, 16 maio 2018.

VALENTE, Jonas. Ernesto Araújo anuncia suspensão do Brasil da Celac: para ministro, bloco não vem tendo resultados na defesa da democracia. **Agência Brasil**, Brasília, 16 jan. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-01/ernesto-araujo-anuncia-suspensao-do-brasil-da-celac>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

VELÁSQUEZ, Rafael; SCHIAVON, Jorge. **La Iniciativa Mérida en el marco de la relación México-Estados Unidos**. 2009. Disponível em: <<http://repositorio-digital.cide.edu/bitstream/handle/11651/1116/96615.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 out. 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WILLIAMS, Mark Eric. The United States and Latin America. In: DOMÍNGUEZ, Jorge I.; COVARRUBIAS, Ana (ed.). **Routledge Handbook of Latin America in the World**. New York: Routledge, 2015. Cap. 13. p. 199-210.

WISE, C.; CHONN CHING, V. Conceptualizing China–Latin America relations in the twenty-first century: the boom, the bust, and the aftermath. **Pacific Review**, v. 31, n. 5, p. 553–572, 2018.

XI, Jinping. **The governance of China**. Pequim: Foreign Languages Press, 2014.

XIANG, Lanxin. An Alternative Chinese View. In: ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe (ed.). **China's Expansion into the Western Hemisphere: implications for Latin America and the United States**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008. Cap. 3. p. 44-58.

XIE, Wenze; LI, Hui. A Visão de Desenvolvimento da China 2020-2050 e as Perspectivas para as relações Com A América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, p. 53-75,

10 mar. 2021. Disponível em:

<<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rm/issue/view/23>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

YAN, Xueting. **Ancient Chinese thought, modern Chinese power**. Princeton University Press, 2013.

\_\_\_\_\_. From keeping a low profile to striving for achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 2, p. 153-184, 2014.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZHANG, Qingmin. **China's Diplomacy**. Cengage Learning Asia, 2011.

ZHAO, S. China's approaches toward regional cooperation in East Asia: motivations and calculations. **Journal of Contemporary China**, v. 20, n. 68, p. 53-67, 2011.

ZHU, Zhiqun. **China's New Diplomacy: Rationale, Strategies and Significance**. Ashgate Publishing, 2013.